



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB *CAMPUS* XII –
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – COLEGIADO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

LUCIANA LELIS DA SILVA

**A EXPERIÊNCIA DE UMA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE
IUIÚ-BA: PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE GESTÃO E DO
ENSINO-APRENDIZAGEM**

Guanambi
2025

LUCIANA LELIS DA SILVA

**A EXPERIÊNCIA DE UMA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE
IUIÚ-BA: PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE GESTÃO E DO
ENSINO-APRENDIZAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, *Campus XII-Guanambi*, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Josias Benevides da Silva

Linha de pesquisa: Avaliação, gestão e políticas públicas.

Guanambi
2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pelo SISB/UNEB.
Dados fornecidos pelo próprio autor.

S586e

Silva, Luciana Lelis da

A experiência de uma escola de tempo integral no município de Iuiú-BA: Participação da família no processo de gestão e do ensino-aprendizagem / Luciana Lelis da Silva. Orientador(a): Josias Benevides da Silva. Silva. Guanambi, 2025.

59 p : il.

TCC (Graduação - Pedagogia). Universidade do Estado da Bahia. Guanambi. 2025.

Contém referências, anexos e apêndices.

1.Gestão democrática e participativa. 2.Escola de tempo integral. 3.Participação. 4.Família. 5.Universidade do Estado da Bahia. I. Silva, Josias Benevides da. II. Universidade do Estado da Bahia. Guanambi. III. Título.

CDD: 371

FOLHA DE APROVAÇÃO


LUCIANA LELIS DA SILVA

A EXPERIÊNCIA DE UMA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE IUIÚ-BA: PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE GESTÃO E DO ENSINO-APRENDIZAGEM


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade do Estado da Bahia-UNEB, *Campus XII-Guanambi*, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Data de aprovação: 25/07/2025


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 JOSIAS BENEVIDES DA SILVA
Data: 22/08/2025 13:18:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Josias Benevides da Silva (Orientador) – UNEB- DEDC XII

Documento assinado digitalmente
 JOSE APARECIDO ALVES PEREIRA
Data: 22/08/2025 14:54:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Aparecido Alves (Banca)– UNEB- DEDC XII

Documento assinado digitalmente
 MARINALVA NUNES FERNANDES
Data: 22/08/2025 13:36:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dra. Marinalva Nunes Fernandes (Banca) - UNEB- DEDC XII

Guanambi
2025

AGRADECIMENTOS

Finalizar esse trabalho é, para mim, uma grande conquista profissional, mas, acima de tudo, pessoal. Gostaria de agradecer, primeiramente, à Deus, pois sem ele, nada seria possível.

Agradeço à minha mãe, por ter me criado com todo amor e carinho, e que, sendo analfabeta, me ajudou na maneira que pôde durante minha trajetória escolar. Estendo o meu agradecimento ao meu pai que, por mais que tenha sido distante alguma vez, ainda assim contribuiu significativamente durante toda a minha vida.

Minha eterna gratidão à minha avó paterna (*in memoriam*) que sempre torceu por mim. Proporcionando-me um lar dos meus dezessete anos até o momento em que ingressei na universidade. Sempre me apoiou, me ajudou financeiramente, e me tratou como uma filha. Infelizmente, ela nos deixou no ano de 2022, quando eu estava iniciando o 4º semestre do curso de Pedagogia, o que me abalou muito na época, mas que me deu ainda mais forças para seguir em frente.

Sou imensamente grata à minha tia Ineide, seu esposo, meus primos, e à cunhada da minha tia, Eujácia, pessoas que, após o falecimento da minha avó, me acolheram em suas casas. Dando-me não só um novo lar, mas carinho e forças para me reerguer.

Agradeço também a todos meus amigos pelo incentivo e motivação durante essa trajetória e aos amigos que conheci na universidade, que tornaram esse percurso mais leve e fácil de encarar.

Sou muito grata também aos colegas do meu trabalho, com quem pude compartilhar minhas angústias, medos e inseguranças, e que, nesses momentos difíceis, me incentivaram e me fizeram acreditar em meu potencial.

Agradeço também a todos os professores que contribuíram, direta ou indiretamente, com todos os ensinamentos. Principalmente o meu orientador, Prof. Dr. Josias Benevides, por ter disponibilizado do seu tempo, mediação e paciência para a construção desse trabalho.

Agradeço também à banca avaliadora que esteve presente nesse momento tão importante para a minha vida acadêmica.

Meu muito obrigada a todas essas pessoas que contribuíram para tornar esse momento realidade. Gostaria de ressaltar que essa conquista não é apenas minha, é de todos vocês. Gratidão a todos!

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o nível de envolvimento e participação da família em uma escola de tempo integral no município de Iuiú-Bahia. Além disso, busca identificar as experiências de escolas de tempo integral no Brasil a partir de revisão de literatura, bem como entender a gestão democrática e participativa a partir dos espaços e tempos da organização da instituição escolar e dialogar com a comunidade escolar e local sobre a presença e a importância da família no desenvolvimento da educação pública de qualidade para todos. Este estudo trata-se de uma pesquisa de campo realizada em uma escola de tempo integral e pública do município de Iuiú, pautada também na utilização de uma pesquisa do tipo bibliográfica, a partir de uma revisão de literatura. Essa pesquisa reflete, por meio de uma perspectiva dialógica, acerca da gestão democrática e participativa da escola pública de tempo integral, buscando compreender a participação da família na construção de uma escola pública de qualidade. Além disso, busca-se discutir os aportes legais que demarcam e configuram a gestão democrática e participativa como fator determinante na administração e desenvolvimento da escola pública, tendo em vista que a participação da família é apresentada nas legislações como um direito e um dever a ser cumprido pela sociedade. Para análise dos dados, foi realizada a leitura cuidadosa dos documentos obtidos, processo que se deu por meio de entrevistas, análise documental das atas de cada reunião escolar na referida escola, com professores e família, estudo documental do PPP da escola, documento de Política de Educação Integral do município de Iuiú-BA, e dos textos encontrados nos bancos de dados. A partir dos quais foi possível perceber que a secretaria de educação tem buscado meios para promover a melhoria da qualidade da educação e entender a progressão do tempo escolar como um facilitador para o alcance de bons resultados, juntamente com a participação da família durante o processo de ensino/aprendizagem, e de uma gestão democrática e participativa pensada para desenvolver uma educação que dê conta de atender à diversidade de forma igualitária e equitativa.

Palavras-chave: Gestão democrática e participativa; Escola de tempo integral; Participação; Família; Universidade do Estado da Bahia.

ABSTRACT

This study aims to analyze the level of family involvement and participation in a full-time school in the city of Iuiú, state of Bahia. In addition, it seeks to identify the experiences of full-time schools in Brazil based on a literature review, as well as to understand democratic and participatory management based on the spaces and times of the organization of the school institution and to dialogue with the school and local community about the presence and importance of the family in the development of quality public education for all. This study is a field research carried out in a full-time public school in the city of Iuiú, also based on the use of bibliographic research, revolving around a literature review. This research reflects, through a dialogical perspective, on the democratic and participatory management of the full-time public school, seeking to understand the participation of the family in the construction of a quality public school. Furthermore, the aim is to discuss the legal contributions that define and configure democratic and participatory management as a determining factor in the administration and development of public schools, considering that family participation is presented in the legislation as a right and a duty to be fulfilled by society. To analyze the data, the documents obtained were carefully read, a process that was carried out through interviews, documentary analysis of the minutes of each school meeting in the aforementioned school, with teachers and family, documentary study of the school's Pedagogic Political Project, the document of the Full-time Education Policy of the municipality of Iuiú-BA, and the texts found in the databases, from which it was possible to perceive that the education department has sought ways to promote the improvement of the quality of education and understands the progression of school time as a facilitator for achieving good results together with the participation of the family during the teaching/learning process, and of a democratic and participatory management designed to develop an education that is capable of meeting diversity in an equal and equitable manner.

Keywords: Democratic and participatory management; Full-time school; Participation; Family; State University of Bahia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do município de Iuiú-BA	17
--	----

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Quantidade de alunos matriculados em suas respectivas séries.....	15
Quadro 1 – Produções Acadêmicas com Pesquisa realizada via Google Acadêmico.	20
Quadro 2 – Produções Acadêmicas com Pesquisa realizada via banco de dados da ANPEd.	21
Quadro 3 – Produções Acadêmicas com Pesquisa realizada via banco de dados da Semana acadêmica da UNEB campus XII.	23

LISTA DE ABREVIACOES

ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
IBGE	Instituto de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PME	Plano Municipal de Educação de Iuiú
PNE	Plano Nacional de Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	11
2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	15
3 UMA BREVE REVISÃO DE LITERATURA.....	20
4 GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL E A PARTICIPAÇÃO EFETIVA E AFETIVA DA FAMÍLIA.....	26
4.1 Gestão democrática da educação e da escola.....	26
4.2 Escola de tempo integral: do percurso histórico ao contexto atual.....	28
4.3 O entrelace da família e da escola na gestão democrática e participativa.....	31
4.4 Marcos legais acerca da gestão democrática e participação da família na educação brasileira.....	33
5 COMPREENDENDO OS DADOS DA PESQUISA E TECENDO ALGUMAS DISCUSSÕES.....	36
5.1 O que foi observado e revelado pelos documentos da escola de tempo integral no município de Iuiú-BA.....	36
5.2 Dialogando com os participantes da pesquisa.....	41
6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES NÃO CONCLUSIVAS.....	47
REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICES.....	55
Apêndice A – Roteiro de entrevista com a secretária e ex-secretária de educação.....	55
Apêndice B – Roteiro de entrevista com a coordenadora pedagógica.....	56
Apêndice C – Roteiro de entrevista com as professoras.....	57
Apêndice D – Roteiro de entrevista com os pais.....	58
Apêndice E – Roteiro de entrevista com as crianças.....	59

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A participação da família na escolarização das crianças repercute em nosso país há muito tempo, visto que o processo educacional brasileiro foi marcado historicamente pela ausência da família, já que ela, muitas vezes, designou o acompanhamento integral dos educandos como uma responsabilidade social da escola. Atualmente, essa ausência ainda se mostra presente no âmbito educacional, mas já é possível notar alguns avanços no que se refere a este acompanhamento, principalmente porque a família passou a compreender melhor a importância da relação entre escola/família para o processo de ensino aprendizagem (Moreira, 2023).

A participação dos pais e responsáveis no processo educacional dos filhos é algo que intriga os profissionais da educação, visto que, o bom desempenho do aluno está diretamente ligado a isto. Nesse processo, a escola tem um papel importante, já que é ela quem busca iniciativas para garantir essa relação harmoniosa entre as partes envolvidas no aprendizado.

Nesta perspectiva, a família e a escola são parceiras indissociáveis na educação dos filhos, visto que uma complementa a outra e contribui para garantir o sucesso dos filhos na educação escolar. Segundo Souza (2009), há uma grande importância na relação saudável entre a escola e responsável pela criança, tendo em vista que ambas têm como objetivo comum o desenvolvimento ideal, ou seja, desenvolvimento motor, emocional, social e intelectual do filho-aluno. Por isso, há um complemento entre a escola e a família no desenvolvimento do aluno: na escola, os conteúdos apresentados asseguram a instrução e apreensão de conhecimentos; já a família fomenta o processo de socialização, a proteção, as condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo (Dessen; Polonia, 2007).

No contexto da escola de tempo integral, pressupõe-se que a família deva interagir ainda mais com a escola, haja vista que se trata de um tempo ampliado, com atividades diversas, inclusive com a participação da comunidade local e seus saberes culturais. Nesse viés, a parceria entre a família e a escola é indispensável para essa formação integral do aluno, pois possibilita o fortalecimento de vínculos entre tais sujeitos. Assim, é importante que a escola inclua no seu currículo práticas pedagógicas que valorizem a participação da comunidade escolar. Mas, para que isso de fato aconteça, é necessário que a instituição adote uma política de gestão efetivamente democrática, dialogando com pais, responsáveis e toda comunidade escolar quanto à tomada de decisões e que, acima de tudo, respeite e valorize os saberes prévios desses sujeitos.

Por isso, este trabalho buscou analisar o nível de envolvimento e participação da família em uma escola de tempo integral no município de Iuiú-Bahia. Além disso, buscou identificar as experiências de escolas de tempo integral no Brasil a partir de revisão de literatura, bem como entender a gestão democrática e participativa a partir dos espaços e tempos da organização da instituição escolar e dialogar com a comunidade escolar e local sobre a presença e a importância da família no desenvolvimento da educação pública de qualidade para todos.

A motivação de investigar sobre a participação da família na escolarização das crianças se manifestou nos primeiros semestres da graduação em Pedagogia e se intensificou no decorrer do curso, sendo que, este estudo sempre foi objeto do meu interesse. Primeiramente, porque não tive a participação da minha família durante todo o percurso escolar. Alinhado a isso, o interesse pelo estudo da temática se intensificou ainda mais no decorrer do curso, principalmente quando o município de Iuiú-BA adotou o modelo de ensino em tempo integral, o que instigou minha curiosidade sobre como ocorre essa parceria da família com a gestão, visto que, com essa implementação, os alunos passaram a conviver mais tempo na escola.

Somado a isso, após dialogar com o orientador, decidimos delimitar a nossa temática a uma investigação acerca da experiência de uma das escolas de tempo integral no município de Iuiú-BA, no que diz respeito à participação da família na escolarização dos educandos matriculados na instituição, além da realização uma análise das produções científicas que versavam sobre o tema nos últimos três anos (2022-2025), especialmente por essa temática ser recente e bem relevante para a nossa sociedade, pois observa-se que o papel da família na educação ainda é pequeno em nosso país e precisa ser mais discutido por toda a comunidade. Em função disso, a razão social deste trabalho se dá a partir da compreensão da importância do envolvimento das famílias na vida escolar das crianças do município supracitado.

Nesse contexto, várias pesquisas citadas abaixo foram realizadas na tentativa de procurar entender como as famílias estavam envolvidas no processo de ensino-aprendizagem de seus filhos. Além disso, objetivou-se explorar os diferentes aspectos da participação familiar na educação, no que se referia ao ensino de tempo integral, suas implicações e os desafios enfrentados. Para melhor compreensão desse cenário, foi possível identificar estratégias eficazes para apoiar as famílias e promover o sucesso educacional das crianças neste e em outros contextos.

Com o passar do tempo, a relação entre a escola e a família sofreu mudanças importantes. Em sociedades mais antigas, a educação era responsabilidade do lar, sendo conduzida pelos pais e pelos mais velhos da comunidade, que ensinavam saberes e valores às crianças e jovens (Saviani, 2019). De acordo com a Constituição Federal (Brasil, 1988), a

educação é um direito universal, cabendo tanto ao Estado quanto à família assegurar às crianças o acesso a um ensino de qualidade. É amplamente reconhecido que a participação dos pais no contexto escolar é essencial e exerce grande influência no êxito do processo educativo. De acordo com Paes (2010, p. 91), “[a] família é formada de indivíduos que estabelecem relações entre si, compartilhando a mesma cultura, crenças, em que cada parte exerce uma função distinta e complementar”.

Pesquisas indicam que alunos cujos responsáveis participam ativamente da vida escolar, ajudam nas atividades e se mostram engajados com o aprendizado tendem a obter um desempenho mais elevado e apresentam menores índices de abandono escolar (Bento; Mendes; Pacheco, 2016). Segundo Menezes (2010, p. 20), “[é] importante que a criança seja cercada de ações constantes, rotina, pois isso dará uma noção de limite e segurança à criança”. Para Smith e Strick (2012, p. 239), “são as famílias que oferecem a autoconfiança, a determinação e a criatividade que as crianças precisam para colocar suas habilidades em uso efetivo”. Os vínculos afetivos são a porta de entrada para o desenvolvimento da cognição, são as emoções que impulsionam o sujeito para o conhecimento. Nesse sentido, Pimentel (2010) aponta que a família é um sistema de vínculos afetivos, pois nossos processos de humanização se dão através das relações emocionais que são desenvolvidas entre os membros da família.

Cabe à escola proporcionar um ambiente e ferramentas pedagógicas adequados que estimulem a criança a se envolver com temas sociais e educacionais, enquanto a família atua como base de apoio e motivação no processo de aprendizagem (Santos *et al.*, 2022). A parceria entre família e escola ainda enfrenta obstáculos e sua ausência pode impactar negativamente o comportamento, o interesse e o rendimento dos alunos, levando até à evasão escolar (Azeredo, 2020).

A comunicação entre familiares e educadores é essencial para o bom desempenho dos estudantes, pois possibilita a união de esforços, o ajuste de objetivos e o desenvolvimento de soluções compartilhadas diante das dificuldades da aprendizagem (Abreu, 2012). A parceria entre a família e a escola é fundamental para a educação dos estudantes, impactando diretamente seus resultados escolares, atitudes e crescimento emocional e social (Bento; Mendes; Pacheco, 2016). Mochon *et al.* (2022) destacam a relevância de estratégias eficazes de comunicação entre escola e família, sugerindo ações como reuniões regulares e uso de mensagens instantâneas para facilitar o diálogo. Essas medidas fortalecem o vínculo e garantem o compartilhamento rápido e acessível de informações.

Em busca de discutir o assunto pretendido, para além desta seção introdutória, constam ainda neste trabalho as seguintes seções: a metodologia, que discute os métodos e as técnicas

do universo da pesquisa; a revisão de literatura, que apresenta os principais estudos já realizados sobre a temática; o referencial teórico, que traz os principais contextos, delimitações e características do problema de pesquisa; os resultados e discussões; e, por fim, as considerações finais. Desse modo, será abordada a participação da família e suas contribuições, a partir das vivências e experiências das crianças nas escolas em tempo integral, envolvendo os aspectos históricos, legais e atuais acerca dessa temática, que permeia a gestão democrática e participativa da escola em estudo.

Na segunda seção do texto são apresentados os caminhos metodológicos, discutindo os métodos, as técnicas e os procedimentos utilizados no universo da pesquisa, apontando os instrumentos utilizados para a coleta de dados e o perfil dos participantes, além de descrevermos o *locus* da pesquisa.

Na terceira seção são apresentados os trabalhos encontrados a partir de uma revisão de literatura realizada nos bancos de dados da plataforma Google Acadêmico, no portal da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), e nos anais da Semana Acadêmica da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), considerando publicações do período de 2022 a 2025, com o objetivo de identificar o que as pesquisas no Brasil têm apontado sobre o tema.

Na quarta seção é apresentada uma discussão sobre os principais conceitos que embasam esta pesquisa, tais como a gestão democrática da escola de tempo integral e a participação efetiva e afetiva da família; gestão democrática da educação e da escola; escola de tempo integral: do percurso histórico ao contexto atual; o entrelace da família e da escola na gestão democrática e participativa; e, por fim, os marcos legais acerca da gestão democrática e participação da família na educação brasileira.

Enquanto na quinta seção são apresentados os resultados da análise dos documentos oficiais da escola pesquisada, bem como das entrevistas realizadas com os principais sujeitos da comunidade escolar. Essa discussão buscou evidenciar os desafios e as possibilidades que a escola de tempo integral enfrenta para aproximar as famílias da gestão democrática e participativa.

Finalmente, na sexta seção, são expostas as considerações finais, apresentando uma síntese dos principais achados da pesquisa e de suas contribuições, visando o fortalecimento dos vínculos entre escola e família e o reforço da importância da gestão democrática no contexto escolar.

2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A metodologia de pesquisa tem como objetivo realizar um estudo científico de maneira sistemática e confiável, incluindo as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e o potencial criativo do pesquisador (Minayo, 2008). Nesse sentido, a abordagem utilizada nesta pesquisa foi de natureza qualitativa, por meio da relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, estabelecendo um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade (Piana, 2009). Além disso, no presente trabalho foi avaliado o documento de Políticas de Educação de tempo Integral do município selecionado.

Através de uma pesquisa de campo buscamos a informação diretamente com a população pesquisada (Piana, 2009). Outrossim, nota-se também neste trabalho um caráter bibliográfico que, segundo Gil (2002), refere-se a uma pesquisa que pode ser desenvolvida com base em material já elaborado e publicado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Inicialmente, a referida pesquisa foi realizada em uma escola pública de tempo integral no município de Iuiú-BA. Essa instituição possui uma estrutura física que atende satisfatoriamente este município e comunidades rurais, buscando oferecer uma educação de qualidade do 1º ao 5º ano nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O público-alvo é majoritariamente composto por estudantes domiciliados no referido município. Embora também inclua alunos que residem na zona rural, constituído em sua grande maioria, por filhos de famílias de classe média baixa, apresentando grandes dificuldades financeiras e de inserção social. Na tabela a seguir é possível observar a quantidade de alunos de acordo a série em que estão matriculados:

Tabela 1 - Quantidade de alunos matriculados em suas respectivas séries.

Série/ano	Quantidade de alunos
1º ano	68 alunos
2º ano	57 alunos
3ºano	61 alunos
4ºano	57 alunos
5º ano	70 alunos

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Essa instituição adotou o ensino de tempo integral em 2022, sendo que, anteriormente funcionava em uma infraestrutura menor, que não atendia satisfatoriamente a um período de tempo integral. No entanto, com o aumento da demanda escolar, tornou-se necessário a

construção de uma instituição maior e acessível a todos. Sendo assim, em abril de 2024, a instituição foi reinaugurada em um espaço mais amplo, adotando um novo nome após essa reestruturação física.

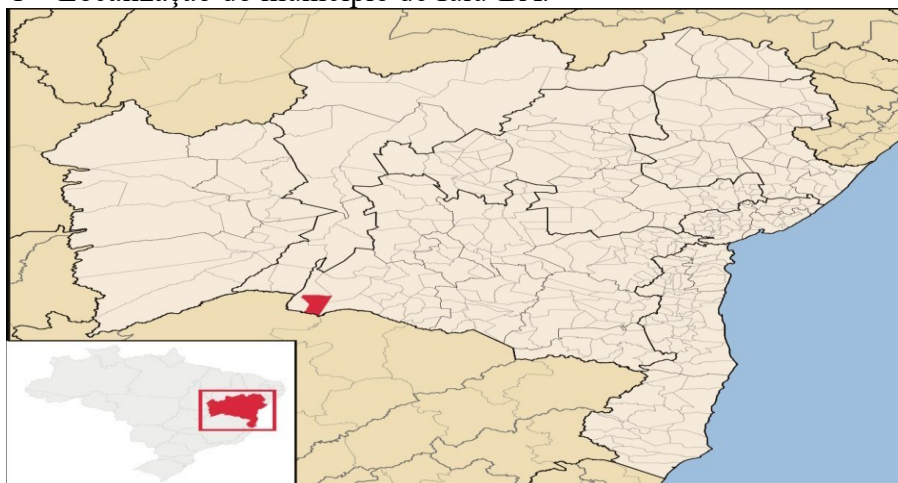
Atualmente, a referida instituição conta com uma estrutura composta por quinze (15) salas de aula, biblioteca, sala de vídeo, laboratório de informática, secretaria, sala de professores, direção, coordenação, cozinha, refeitório, quadra poliesportiva, dois vestiários, e sala de reuniões.

Durante as visitas realizadas à escola, foi possível constatar que, esta era bem ampla, arejada, apresentando uma boa iluminação, bem como ar-condicionado em todas as salas. Porém, notava-se que o ambiente era pouco arborizado, sendo a jardinagem mais presente na parte exterior. A ausência de árvores de maior porte pode ser justificada pelo fato de a instituição ter sido recém-inaugurada.

Os participantes desta pesquisa caracterizam-se, em sua maioria, por professores, alunos, pais, diretores e demais funcionários residentes do próprio município. Alguns desses funcionários são concursados há anos, outros são contratados pelo poder executivo, uma vez que não houve realização de concurso no município nos últimos 10 anos. Esse ambiente escolar possui duas coordenadoras, do sexo feminino, uma delas coordena as turmas do 1º e 2º ano e a outra coordena as turmas do 3º ao 5º ano nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O quantitativo de estudantes é de 313 alunos, com idades que variam entre 6 a 10 anos, o corpo docente é composto por 33 professores, sendo eles: 30 professores do sexo feminino e 3 professores do sexo masculino, incluindo também secretária, porteiro, merendeira, faxineira, assistente de alunos, etc. Para garantir o sigilo, optamos por apresentar os participantes da pesquisa de acordo com suas funções ou categorias dentro da escola, sendo identificados como: secretária e ex-secretária de Educação do município, coordenadora, Professora A e B, mãe A e B, pai A e B, Aluno A e B.

A cidade onde foi realizada a pesquisa localiza-se no Território de Identidade Sertão Produtivo da Bahia e encontra-se a mais de 773 quilômetros da capital do estado, Salvador. Possui uma população estimada em 11.118 habitantes, de acordo com o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE, 2022) e apresenta uma longa história como umas das maiores produtoras de algodão na Década de 1990.

Figura 1 – Localização do município de Iuiú-BA.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – IBGE (2023).

O município de Iuiú caracteriza-se por ser uma cidade pequena com um total de 1522,366 km² de extensão territorial. No entanto, em suas pequenas terras carrega uma diversidade de histórias e riquezas culturais, e é marcado pelas belezas naturais e por um povo acolhedor.

A coleta de dados se deu a partir das observações e dos registros das experiências de campo, que ocorreram por meio de entrevistas; análise documental das atas das reuniões com professores e famílias, referentes ao período de 2022 a 2025; estudo documental do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola; bem como revisão de literatura. Para tanto, as entrevistas realizadas contemplaram a coordenadora da escola, professoras, mães e pais de alunos, alunos da instituição, bem como a secretária de educação. O instrumento aplicado pode ser compreendido como uma entrevista semiestruturada que se caracteriza por ser uma ferramenta de produção de dados que, segundo Minazi (1991), possui um roteiro com questões principais, as quais serão complementadas a partir do que houver quando o pesquisador estiver frente ao entrevistado.

Desse modo, os sujeitos que participaram das entrevistas realizadas com a comunidade escolar, se apresentaram como protagonistas de diferentes esferas do processo de ensino-aprendizagem, com vivências que contemplaram desde a gestão municipal até o chão da sala de aula.

Para garantir a integridade da pesquisa não serão revelados os nomes reais entrevistados, apenas os títulos que acompanham cada membro dessa comunidade escolar. Para tanto, utilizaremos as seguintes nomenclaturas: Ex e atual secretária de educação; coordenadora pedagógica; professoras A e B; mãe e pai de alunos A e B; e, por fim, alunos A e B.

Para compor a amostra não aleatória da pesquisa, dialogamos com dois alunos: um do sexo feminino e outro do sexo masculino, escolhidos por estarem no 3º ano nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, matriculados na escola desde 2022, ano em que a instituição aderiu ao tempo integral. Foram escolhidos também dois pais e duas mães para responder a alguns questionamentos relacionados à escola de tempo integral, à participação familiar e à gestão democrática e participativa. A escolha desses pais ocorreu por já serem atuantes na escola e por terem aceitado o convite para participar. Além disso, a opção por participantes de ambos os sexos visou compreender se a participação desses sujeitos se relaciona também com a questão de gênero.

No que se refere à escolha das professoras, ocorreu de forma aleatória, à medida que aceitaram contribuir com a pesquisa. A professora A, com 49 anos e 26 anos de experiência, atua no 3º ano e já vivenciou a transição do ensino parcial para o tempo integral. A professora B, de 31 anos e com 3 anos de experiência, trabalha com o 5º ano.

Participaram da pesquisa também a atual e a ex-secretária de educação, que, por meio de um convite, se dispuseram a contribuir com a pesquisa a partir das suas experiências e vivências à frente do sistema de educação do município. A ex-secretária participou da implantação da referida escola de tempo integral, enquanto a secretária vigente acompanha a efetivação desse projeto. A secretária, com 54 anos de idade, vem dedicando 28 anos à área em que possui graduação em Pedagogia, com especialização em Gestão Escolar e em Orientação Pedagógica. Já a Ex-secretária, com 55 anos de idade, dedicou 36 anos à educação, também com formação em Pedagogia e especialização em Gestão Escolar.

Entre os sujeitos desta pesquisa, também participou uma das coordenadoras da escola, possui 44 anos e atua diretamente na instituição desde o ano de 2024, inicialmente como coordenadora auxiliar e, mais recentemente, à frente do acompanhamento das turmas do 3º ao 5º ano. Sua escolha se deu por conta dos anos de atuação e por possuir maior experiência na função em relação à outra coordenadora da escola.

A pesquisa foi realizada em conformidade com os princípios éticos exigidos para trabalhos acadêmicos, respeitando as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) quanto à citação de fontes e à prevenção de plágios. Além disso, todos os participantes foram previamente informados sobre os objetivos do estudo, seus mínimos riscos e benefícios, e concordaram em participar de forma voluntária ao assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assegurando o direito à privacidade, confidencialidade e o direito a desistência a qualquer momento. Esta pesquisa faz parte de um projeto guarda-chuva do orientador, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer nº 6. 701.363.

Para análises de dados, foi realizada a leitura cuidadosa do material coletado, considerando a natureza do texto, e evitando precipitações nas conclusões, a fim de garantir a integridade da pesquisa por meio de princípios e valores éticos, assegurando a confiabilidade dos procedimentos científicos.

3 UMA BREVE REVISÃO DE LITERATURA

Na busca de melhor entendimento sobre o tema da pesquisa, buscou-se, primeiramente, averiguar o que a literatura diz sobre o assunto predisposto no trabalho. Para isso, realizou-se pesquisas na plataforma do Google Acadêmico, na ANPEd e nos anais da Semana Acadêmica da UNEB do ano de 2024.

Assim, estabeleceu-se os seguintes critérios para selecionar os trabalhos: marco temporal de 3 anos, entre os anos de 2022 a 2025. Na busca foram utilizados os seguintes descritores: Gestão Democrática, Família e escola, Escola de tempo integral.

No Google Acadêmico, foi feito um levantamento a partir da utilização dos descritores citados acima, de forma que foram encontrados 4 trabalhos que se aproximam da temática pesquisada.

Quadro 1 – Produções Acadêmicas com Pesquisa realizada via Google Acadêmico.

Título	Autor	Ano
Gestão escolar participativa: caminhos para participação das famílias.	Leiliane dos Santos de Lime Sonia Maria Borges de Oliveira	2024
A importância da relação família e escola na formação do aluno.	Anderson Costa da Silva Geraldina Pereira da Costa Maylla Josefina Costa Pinheiro Nathalia Jessica Benthien Oliveira Sampaio	2024
A relação família e escola e os seus efeitos no processo de ensino e de aprendizagem.	Sulamita Ferreira Reis	2024
Gestão Democrática e Participação das Crianças: da legislação ao cotidiano escolar.	Denise Lima Correa Egeslaine de Nez	2024

Fonte: Elaboração pela autora (2025).

O trabalho de Lime e Oliveira (2024), intitulado “Gestão escolar participativa: caminhos para participação das famílias”, abordou a participação das famílias na escola e, considerando a concepção da gestão democrática, questionou quais ações a escola pública tinha traçado para viabilizar a participação das famílias no contexto escolar e se essas ações atendiam à perspectiva da gestão participativa. O objetivo do estudo foi analisar a perspectiva teórica das ações de gestão voltadas para a participação da família no contexto escolar. O estudo permitiu perceber que a participação dos pais na escola é de suma importância, mas que nem sempre essa participação acontecia como deveria. Os dados da entrevista demonstraram que, apesar das definições dos sobre uma gestão voltada para a participação de todos, ainda não foi possível conceituar as ações desenvolvidas na escola como participativas, uma vez que muitas delas não contribuíram para que a participação se concretizasse.

Correa e Nez (2024), no texto “Gestão Democrática e Participação das Crianças: da legislação ao cotidiano escolar”, fizeram uma revisão bibliográfica decorrente de uma pesquisa bibliográfica do tipo estado do conhecimento, cujo objetivo geral foi investigar se as crianças participavam das decisões nas unidades de ensino às quais pertenciam e de que forma isso acontecia no cotidiano da Gestão Democrática das escolas brasileiras. Os autores identificaram apenas duas pesquisas diretamente relacionadas à participação das crianças na gestão democrática escolar. Constataram experiências positivas em duas Escolas Municipais de Educação Infantil (JP Cantinho Amigo e Dona Leopoldina) e ressaltaram quanto à importância da apropriação dos documentos oficiais pelos profissionais da educação, bem como da formação inicial e continuada de professores e gestores, para efetivar a participação infantil no cotidiano escolar.

Já o trabalho de Silva *et al.* (2024), intitulado “A importância da relação família e escola na formação do aluno”, teve como objetivo demonstrar a importância da relação família-escola na formação do aluno, utilizando a pesquisa bibliográfica como método de pesquisa, analisando livros, revistas, periódicos, documentos, monografias e artigos científicos para embasamento das reflexões e discussões acerca do tema. Os autores concluíram que família e escola deviam trabalhar em parceria para o fortalecimento das ações educacionais e aprimoramento da formação integral dos alunos, da comunidade e da sociedade como um todo.

Outro trabalho encontrado foi o de Reis (2024): “A relação família e escola e os seus efeitos no processo de ensino e de aprendizagem”, que foi resultado de uma reflexão sobre a relação família e escola no processo de ensino e aprendizagem. O artigo teve como objetivo principal investigar como a parceria escola e família podia ser utilizada a fim de proporcionar uma educação de qualidade aos indivíduos, que teve como base o processo de ensino e aprendizagem. A metodologia utilizada foi a análise bibliográfica, em que foram analisados nove artigos científicos que abordavam sobre a temática nos últimos vinte anos. Observou-se que a interação entre família e escola era vital para o desenvolvimento integral dos alunos, impactando positivamente sua autoestima e aprendizado.

Assim como no Google Acadêmico, foi realizada uma pesquisa no banco de dados da ANPEd. Na busca, utilizamos os descritores Gestão Democrática; Família e escola, e Escola de tempo integral. Sendo encontrado os seguintes trabalhos que se aproximavam da temática pesquisada.

Quadro 2 – Produções Acadêmicas com Pesquisa realizada via banco de dados da ANPEd.

Título	Autor	Ano
--------	-------	-----

O princípio da gestão democrática da escola básica no estado do Acre na consecução dos planos municipais de educação e nas normativas legais próprias.	Lucia de Fátima Melo	2023
Implicações do programa de educação integral da Paraíba na gestão escolar e no trabalho dos diretores.	Luciana Leandro da Silva	2023
O plano estadual de educação do Acre e a gestão democrática.	Antônia Tainá Pires da Silva; Lucia de Fátima Melo	2023

Fonte: Elaboração pela autora (2025).

O trabalho intitulado “O princípio da gestão democrática da escola básica no estado do Acre na consecução dos planos municipais de educação e nas normativas legais próprias”, de Melo, foi publicado nos anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) no ano de 2023. A referida pesquisa tratou-se de um trabalho realizado no pós-doutorado junto ao programa de pós-graduação em Educação na Universidade Federal do Paraná (UFP), que teve como objetivo analisar como os Planos municipais de educação e as leis vigentes próprias dos 22 municípios que compõem o estado do Acre, contemplavam a meta 19 do Plano Nacional de educação (PNE) e suas estratégias na implementação da gestão democrática na educação básica. Para realização dessa pesquisa, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental.

Já o trabalho intitulado “Implicações do programa de educação integral da Paraíba na gestão escolar e no trabalho dos diretores”, realizado por Silva (2023). Tratou-se de uma pesquisa que ainda estava em andamento que procurou analisar as repercussões da implantação do Programa de Educação Integral, desenvolvido na Paraíba, na gestão escolar e no trabalho dos diretores. Para realização desse trabalho, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e a análise documental, a fim de obter resultados do programa implementado e sua ação conservadora diante da gestão escolar, contrariando a gestão democrática.

O outro trabalho intitulado “O plano estadual de educação do Acre e a gestão democrática”, das autoras Silva e Melo, foi publicado no ano de 2023 e utilizou, como instrumentos metodológicos, a revisão de literatura, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, com o objetivo de analisar o Plano Estadual de Educação do Acre enquanto política pública, durante o período de 2015 a 2024, que teve como foco observar a meta 18, que assegurava a construção ou reformulação dos instrumentos jurídicos e processos para efetivação da gestão democrática da Educação pública desse estado. No entanto, ainda não apresentava resultados por se tratar de uma pesquisa que ainda estava em andamento.

Para além dessas discussões, observa-se no quadro 3 os trabalhos encontrados no banco de dados da Semana Acadêmica da UNEB, que foi organizado a partir das pesquisas que mais se aproximaram da temática. Nessa busca, também foram utilizados os descritores Gestão Democrática; Família e escola, Escola de tempo integral.

Quadro 3 – Produções Acadêmicas com Pesquisa realizada via banco de dados da Semana acadêmica da UNEB campus XII.

Título	Autor	Ano
A gestão participativa como fomentadora da parceira família para melhoria da aprendizagem.	Lindalci Maria Cândida Cotrim Costa	2024
A gestão escolar e a família como parcerias na alfabetização dos alunos do 3º ano de uma escola do campo no município Guanambi/Ba.	Selma Ilidia Rocha Romilda Soares Tanan Carla Diane Teixeira Santana Priscila Castro Teixeira Carvalho Valdinéia Neves da Silva	2024
Percepções do ensino em tempo integral e o papel do coordenador em uma escola pública do município de Guanambi/Ba.	Jusimara Alves Neres Eduarda Arruda Silva Tamara Raiane Rocha Paes Marinalva Nunes Fernandes	2024

Fonte: Elaboração pela autora (2025).

O primeiro trabalho encontrado na base de dados da Semana Acadêmica da UNEB campus XII intitulado “A gestão participativa como fomentadora da parceira família para melhoria da aprendizagem”, da autora Costa, publicado no ano de 2024. O referido trabalho buscou compreender as relações no processo de parceiras entre a escola e a comunidade e os benefícios dessa articulação para a aprendizagem das crianças na Educação Infantil e Anos Iniciais na Escola Municipal João Farias Cotrim, e em como a gestão escolar fomentava essa parceria. A metodologia utilizada foi a pesquisa ação, com abordagem qualitativa, tendo em vista a realização de um projeto denominado como: “educando com a família”, que consistia em encontros semanais com a participação de profissionais da educação e outras instâncias, juntamente com toda a comunidade escolar. Esses encontros possibilitaram a participação da família de uma forma democrática e um olhar mais atento para as dificuldades, adaptações e demais situações presentes no ambiente escolar citado pelas famílias, o que contribuiu para resolução desses problemas e melhor qualidade do ensino.

O trabalho intitulado “A gestão escolar e a família como parcerias na alfabetização dos

alunos do 3º ano de uma escola do campo no município Guanambi/BA”, de Rocha *et al.* (2024), teve como objetivo analisar as contribuições da gestão escolar para o processo de alfabetização de alunos do 3º ano em uma escola do campo no município de Guanambi, tendo em vista a relação considerável de alunos não alfabetizados na idade certa. Este trabalho foi de natureza qualitativa e de cunho descritivo, e procurou analisar como desenvolveu o projeto de intervenção com os estudantes do 3º ano nos Anos Iniciais, durante os meses de abril a agosto, período em que foram realizadas atividades de leitura, escrita, e reuniões com os pais promovidas pela gestão escolar a fim de alfabetizar essas crianças. Portanto, com a prática realizada percebeu-se que houve maior participação da família frente ao seu papel na educação dos filhos, o que antes não era tão frequente, além disso, as autoras notaram que a iniciativa trouxe melhora na qualidade do ensino/aprendizagem.

Por fim, o último trabalho intitulado “Percepções do ensino em tempo integral e o papel do coordenador em uma escola pública do município de Guanambi/Ba” de autoria de (Neres *et al.* (2024) caracterizou-se por ser um recorte de um artigo que tratava das experiências do estágio obrigatório do curso de Pedagogia, em uma escola em tempo integral, que buscou refletir sobre as vivências na instituição, bem como sobre o papel do coordenador Pedagógico exercido nesse contexto. O percurso metodológico se deu por meio de uma pesquisa qualitativa, além da observação participante e a entrevista não formal, assegurado também pela análise do PPP da escola. As autoras notaram que a escola observada buscou-se contemplar como escola de tempo integral a partir da ampliação do atendimento das famílias e das crianças e adolescentes que apresentavam vulnerabilidade social, e garantir os efeitos causados por essa situação a partir da articulação entre gestão escolar, famílias e alunado.

Para tanto, ao analisar os apontamentos e as aproximações das pesquisas encontradas com os objetivos de pesquisa proposto neste trabalho, foi possível identificar que a participação da família no contexto escolar era amplamente reconhecida como necessária e importante, embora na prática ainda apresentasse muitas limitações. Observou-se ainda que, mesmo diante de propostas voltadas à gestão democrática, as ações das escolas nem sempre possibilitam um envolvimento efetivo das famílias, restringindo a construção de uma participação mais ativa e significativa. Também se evidenciava a importância de ampliar os espaços democráticos no cotidiano escolar, de modo que todos os sujeitos, incluindo crianças, famílias e comunidade, a fim de que contribuísse para as decisões e para a vida escolar. A relação entre família e escola era apontada como fundamental para o desenvolvimento integral dos alunos e para a qualidade da educação, mas ainda enfrentava desafios em sua implementação.

Essas reflexões dialogaram diretamente com a proposta deste trabalho, tendo em vista que os estudos encontrados evidenciaram que a gestão democrática, apesar de prevista nas legislações e nos planos de educação, ainda enfrentava desafios em sua efetivação prática. Percebeu-se que os planos municipais e estaduais cumpriam um papel importante na regulamentação e direcionamento das ações, mas ainda apresentavam lacunas entre o que estava estabelecido e o que de fato ocorria nas escolas. Além disso, iniciativas como a educação integral demonstraram que a ampliação da jornada escolar não garantia, por si só, a democratização da gestão, marcada muitas vezes por práticas conservadoras.

As pesquisas em andamento também revelaram que o tema permanecia atual e emergente apontando a necessidade de aprofundar as reflexões sobre como transformar as normativas legais em práticas efetivas de participação no cotidiano escolar. Em suma, evidenciaram que a parceria entre escola e família era essencial para melhorar a aprendizagem e fortalecer o trabalho pedagógico, bem como traziam que a gestão escolar atuava como mediadora desse processo, criando espaços de diálogo e participação que favoreciam o desenvolvimento dos alunos, uma vez que o envolvimento das famílias contribuía para avanços no ensino e para construção de uma educação mais democrática e de qualidade.

4 GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL E A PARTICIPAÇÃO EFETIVA E AFETIVA DA FAMÍLIA

Nesta seção, apresentamos uma perspectiva dialógica acerca da gestão democrática e participativa da escola pública de tempo integral. A pesquisa buscou compreender qual apoio teórico fundamentava o estudo, baseando-se em autores que pesquisaram e publicaram a respeito, como, por exemplo, Cavaliere (2002), Costa (2015), Monteiro (2006), Paro (2010) e Silva (2007).

Compõe também esta seção o tópico acerca da participação da família na construção de uma escola pública de qualidade, a fim de dialogar sobre como essa participação e o modo como a gestão contribuíram, direta ou indiretamente, para o desenvolvimento dos educandos, no que se referia à garantia da qualidade do ensino no contexto educacional.

Por fim, o último tópico desse embasamento foi o aporte legal, que demarcou e configurou a gestão democrática e participativa como fator determinante na administração e desenvolvimento da escola pública, tendo em vista que a participação da família foi apresentada nas legislações como um direito e um dever a ser cumprido pela sociedade.

Gestão democrática da educação e da escola

A gestão democrática e participativa é uma conquista inestimável da educação brasileira, sobretudo marcado por muitas lutas e debates sociopolíticos durante décadas. Anteriormente, o referido termo era designado como administração escolar, surgido em uma perspectiva socioeconômica, determinada pelas forças sociais, a partir dos princípios científicos de Frederick Taylor. Sua organização se deu a partir do modelo capitalista conservador, contribuindo para dominação dos meios de produção de uma sociedade, assim, eram adotados no meio educacional os mesmos critérios administrativos desenvolvidos na empresa capitalista (Paro, 2010).

Igualmente, realizavam-se atividades dentro do seio empresarial e dentro das escolas a partir da racionalidade interna, causando irracionalidade no meio social, pois atendiam apenas a demanda da classe dominante, deixando de lado os interesses e as necessidades das classes populares.

Somado a isto, Minto (2006) relata que nos fins dos anos 70 e início dos anos 80, as lutas pela democratização da sociedade ampliaram-se e criaram um momento favorável à reorganização dos movimentos sociais. De tal maneira que, após ditadura militar e início da

república, surgiram inúmeras reivindicações e debates acerca da gestão da educação, as quais aprofundaram e fizeram ressurgir o tema participação no contexto educacional, sendo:

[a] participação, então entendida como processo que, por seu caráter pedagógico, favorecia a tomada consciente e comprometida de iniciativas, portanto, mudanças duradouras de comportamentos individuais e grupais, passa a ser percebida como elemento principal da construção da democracia (Weber, 1992, p. 215-216).

Neste sentido, o papel da educação como política e formadora da sociedade passou a ser valorizado. De tal maneira, Minto (2006) afirma que as discussões relacionadas ao papel do professor, da escola, do diretor e dos alunos tiveram destaque nesse período, de forma que ficou claro que uma gestão democrática, que visa a participação de toda comunidade escolar, consequentemente soluciona com mais facilidade os problemas educacionais e forma uma sociedade politizada, capaz de se posicionar diante dos impasses sociais. Assim, a democracia e participação são condições fundamentais para o bom andamento da gestão escolar que visa a formação crítica, reflexiva e participativa dos cidadãos que fazem parte da instituição escolar (Silva, 2007).

A figura do diretor é um dos elementos mais importantes na concretização de uma gestão democrática, o qual enfrenta inúmeros desafios e, segundo Paro (2010), tem que assumir dois papéis inconciliáveis: como educador, ele precisa cuidar dos objetivos educacionais, enquanto que, como gerente, necessita cumprir com as emanções provenientes dos órgãos superiores do sistema de ensino, fator pelo qual o gestor muitas vezes deixa de contribuir e ajudar as classes populares na resolução de problemas, principalmente no que se refere ao contexto educativo e na emancipação cultural desses sujeitos.

No entanto, Corrêia (2000 apud Silva, 2007) afirma que, apesar da escolha do diretor escolar ser o primeiro passo para consolidação de uma gestão democrática, deve-se permanecer no cargo por tempo limitado, para que o gestor não use do seu poder para fazer da sua prática um modelo de gerência autoritária, por outro lado, deve assumir uma postura de líder e autoridade, abrindo espaço para o diálogo e a participação de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional.

Outros pontos que se destacam na construção da referida gestão é o caso da organização dos conselhos da escola e administração colegiada, que permite o trabalho coletivo nessas instituições escolares. Esses conselhos são constituídos, em sua maioria, por representantes de toda a comunidade escolar, o que inclui alunos, pais de alunos, professores, gestores, e demais funcionários.

Neste sentido, para que a administração escolar seja transformadora, não basta apenas traçar objetivos teóricos, é preciso também que sejam vivenciados na prática, tendo em vista que um complementa o outro, pois é essa práxis que contribui para uma mudança na sociedade, de tal maneira que seja possível concretizar esses objetivos não apenas como uma utopia, mas por meio da participação de toda comunidade. Entretanto, Paro (2010) aponta como um desafio a falta de recursos do Estado para operar essas mudanças, bem como a falta de participação dos pais, principalmente das camadas mais pobres, tanto em reuniões quanto na questão administrativa da escola.

Portanto, para que haja uma efetiva organização escolar, é preciso a atuação de todos envolvidos nesse contexto, desde a comunidade externa até a comunidade interna, não apenas o diretor como único administrador das funções escolares, mas também utilizando de forma racional a força do trabalho e os recursos utilizados no ambiente educacional, tendo em vista a compreensão da natureza do processo de produção pedagógica na escola (Paro, 2010), visando garantir a democracia em uma perspectiva emancipadora e transformadora da sociedade.

Escola de tempo integral: do percurso histórico ao contexto atual

O tempo na escola é uma das temáticas que já suscitou inúmeros debates, pesquisas e experiências em diferentes contextos históricos da educação brasileira. Segundo Gonçalves (2006), o conceito mais tradicional que define a educação integral é aquele articulado ao processo educativo que assume a pessoa em sua totalidade, ou seja, compreende o indivíduo em suas necessidades para o pleno desenvolvimento cognitivo, social e político.

Nas últimas décadas, a escola básica brasileira tem sido chamada a vincular-se de forma mais efetiva ao enfrentamento da pobreza e da vulnerabilidade social, buscando atuar sobre os efeitos na persistência das desigualdades educacionais. Entre as políticas desse âmbito, destacam-se aquelas que buscam como objetivo a ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola, ofertando, em sua maioria, o que se tem denominado como escola de tempo integral ou escola integrada.

Com as mudanças sociais, educacionais e políticas ocorridas no Brasil ao longo do século XX, a legislação educacional do país passou a incorporar também a perspectiva da educação em tempo integral. Dessa forma, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, em 20 de dezembro de 1996, foi estabelecida pela primeira vez na legislação educacional brasileira a ampliação da jornada escolar. O Artigo 34º estabelece que os estudantes do Ensino Fundamental devem ter, no mínimo, quatro horas de atividades

efetivas em sala de aula, com a previsão de que esse tempo seja gradualmente aumentado, ampliando sua permanência na escola.

O tempo integral ganhou força no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, pois se buscava melhorias de qualidade na educação e, com a Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988), foi estimulada a criação de políticas e programas educacionais voltados para garantir a presença da criança na escola e aumentar seu tempo de permanência, sendo um importante marco na implementação da educação de tempo integral.

A escola primária de tempo integral foi mencionada por Anísio Teixeira no Manifesto dos Pioneiros no ano de 1932 assentado ao princípio de direito biológico de cada cidadão a sua educação integral, tendo em vista que esse direito:

Cabe evidentemente ao Estado a organização dos meios de o tornar efetivo, por um plano geral de educação, de estrutura orgânica, que torne a escola acessível, em todos seus graus, aos cidadãos a quem a estrutura social do país mantém em condições de inferioridade econômica para obter o máximo de desenvolvimento de acordo com suas aptidões vitais. Chega se, por esta forma, ao princípio da escola para todos, “escola comum ou única”, que, tomado a rigor, só não ficará na contingência de sofrer quaisquer restrições, em países em que as reformas pedagógicas estão intimamente ligadas com a reconstrução funda mental das relações sociais (Azevedo *et al.*, 2010, p. 44).

Desse modo, dialogava sobre a educação integral como um direito dos indivíduos na sociedade e um dever de o Estado garantir essa educação em todas as instâncias, de tal modo que fosse possível e acessível a todas as pessoas independentemente da classe social e econômica, portanto, democrática e comum a todos.

A educação integral foi também citada pelo autor em 1956, como parte de uma pauta socioeducativa comprometida com investimentos e esforços para forjar uma escola pública democrática. Além disso, a implantação da educação integral foi defendida ainda pelo intelectual como uma forma para compensar as deficiências educacionais apresentadas no processo de escolarização. Para tanto, era necessário buscar ações efetivas garantindo a qualificação da escola pública:

As democracias, porém, sendo regimes de igualdade social e povos unificados, isto é, com igualdade de direitos individuais e sistema de governo de sufrágio universal, não podem prescindir de uma sólida educação comum, a ser dada na escola primária, de currículo completo e dia letivo integral, destinada a preparar o cidadão nacional e o trabalhador ainda não qualificado e, além disto, estabelecer a base igualitária de oportunidades, de onde irão partir todos, sem limitações hereditárias ou quaisquer outras, para os múltiplos e diversos tipos de educação semiespecializada e especializada, ulteriores à educação primária. [...] A escola primária, visando, acima de tudo, a formação de hábitos de trabalho, de convivência social, de reflexão intelectual, de gosto

e de consciência não pode limitar as suas atividades a menos que o dia completo. Devem e precisam ser de tempo integral para os alunos e servidas por professores de tempo integral (Teixeira, 1956, p. 25-26).

Para Anísio Teixeira (1956), uma escola eficiente deveria promover a formação integral do indivíduo e funcionar em tempo integral. Ele acreditava que crianças de todas as classes sociais deveriam ter acesso a uma variedade de atividades educativas, bem como a alimentação adequada e serviços médicos e odontológicos. Dessa forma, seria possível garantir às camadas populares uma educação de qualidade e uma formação humana completa. Teixeira acreditava que para a educação brasileira alcançar bons resultados, deveria haver escolas que funcionassem em tempo integral (Mormito, 2018).

Anísio Teixeira foi influenciado pelo filósofo norte-americano John Dewey, criador da Escola Nova. Em sua visão, a escola deveria considerar o contexto social em que o aluno estava inserido e sua bagagem de experiências, tornando o conhecimento significativo a esse aluno, sendo uma perspectiva contrária à educação tradicional (Monteiro, 2006).

Segundo Monteiro (2006, p. 136), Anísio Teixeira queria que o modelo da educação de tempo integral fosse referência de educação, pois ele sentia-se profundamente incomodado com as desigualdades sociais e educacionais existentes e “via na escola pública, um instrumento de democratização da sociedade”.

No contexto atual brasileiro, a questão da educação de tempo integral vem sendo especialmente retomada em decorrência da temática integrar a meta 6 do Plano Nacional de Educação em vigência (2014-2024) (Brasil, 2014). Desse modo, a organização do tempo escolar diário nas experiências brasileiras em tempo integral, pode ser, assim, sintetizado: turno único ou contraturno escolar. A análise dessas experiências mostra que a escolha por uma forma de organização ou outra se faz sob argumentos diferentes (Brasil, 2010).

A escola em tempo integral pode implementar um novo ritmo para as atividades por causa da ampliação do tempo da jornada, como nos anos 1960, em que se compreendeu a reestruturação do dia escolar do aluno como uma oportunidade de reconsiderar aspectos organizacionais, como também pedagógicos (Lohmann, 1965; Ludwig, 1993). No entanto, segundo Bourdieu (1998), a ampliação do tempo escolar, no sentido da escolarização de longa duração, criou um tipo de exclusão. Para ele, trata-se de uma exclusão branda e dissimulada, que se faz a respeito da permanência na escola e que mais uma vez culpabiliza os alunos por fracassarem, apesar das inúmeras chances dentro do sistema escolar.

Esse ensino provoca inúmeros diálogos, e ainda traz consigo diversos olhares críticos e julgamentos. Mas, a partir disso, podemos também refletir sobre o quanto a escola de tempo

integral tem a contribuir na vida dos educandos, principalmente para a criança brasileira, com as carências socioculturais ou outras que nosso país atribuiu a ela como dote no seu nascimento. O tempo integral na escola pública pode garantir que essa criança tenha igualdade de condições educacionais se comparada com crianças de classe média que têm acesso, em espaços diversos e ao longo do dia inteiro, a linguagens e atividades várias, assim, é necessário tempo de permanência na escola – tempo para adquirir hábitos, valores, conhecimentos para exercer direitos e deveres de cidadão numa sociedade complexa como a brasileira do século XXI (Maurício, 2009).

Para exemplificar melhor essa experiência de escola de tempo integral, vale destacar a Escola Parque, também conhecida como Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador (BA), na qual é considerada como uma das realizações mais relevantes de Anísio Teixeira, inaugurada em 1950 e até hoje lembrada como um modelo inovador de ensino no Brasil. De acordo com o educador, essa escola foi pensada como um Centro de Educação Popular, uma escola primária em nova dimensão, cujo principal objetivo era dar às crianças uma educação integral (Teixeira, 1950).

O projeto articulava as Escolas-Classe, voltadas para as disciplinas convencionais (leitura, escrita, aritmética e ciências), e a Escola Parque, destinada às atividades educativas complementares, como trabalhos manuais, artes industriais, educação artística, educação física e práticas socializadoras. Assim, “durante um turno a criança estuda numa das escolas-classe e no outro turno na escola-parque” (Teixeira, 1950). Além do currículo ampliado, bem como a garantia de atendimento médico, odontológico, orientação educacional e merenda escolar, constituiu-se em uma experiência pioneira de educação integral no país.

Com isso, Coelho e Cavaliere (2002) afirmam que a política de escola integral se fundamenta na necessidade de as classes populares manterem seus filhos na escola com a possibilidade de oferecer aos alunos não somente os insumos básicos de ler e escrever, mas também o acesso à cultura. No que diz respeito à característica da comunidade e aprendizagem social, a escola em tempo integral destaca-se por oferecer tais possibilidades em momentos distintos, possíveis em um dia escolar ampliado.

Desse modo, a gestão democrática pressupõe a participação de toda a comunidade escolar, o que inclui o fortalecimento do vínculo entre família e escola, temática que será aprofundado na próxima subseção.

O entrelace da família e da escola na gestão democrática e participativa

O debate sobre a relação família-escola é bem antigo e, para entendê-lo, é necessária a compreensão do desenvolvimento nas escolas com o passar dos anos no Brasil (Souza, 2020). A partir disso, fica claro que a família atual tem passado por uma mudança de conjuntura e formação, lidar com família, atualmente, é lidar com a diversidade (Santos, 2017). A família, no decorrer do século XX e início do século XXI, sofreu muitas mudanças, tomando novos desenhos para seu conceito, o que inclui mudanças na composição familiar, já que muitos lares deixaram de lado a estrutura familiar tradicional composta pelo pai, pela mãe e pelos filhos, para outro desfecho, como, por exemplo, o que é demonstrado pelo número massivo de famílias monoparentais, principalmente composta de mães solo e seus filhos.

A família vem evoluindo e a escola precisa ter esse conhecimento para elaborar uma estratégia de ensino adequada, de forma a contemplar todos os modelos de famílias existentes na sociedade moderna (Souza, 2020). Na sociedade atual, a relação familiar vem se tornando superficial, já que existe a transferência de papéis, ou seja, a família transfere o papel de educar os filhos para a escola e a escola devolve essa responsabilidade para a família. (Santos, 2017). Desde a antiguidade, a mãe tinha um papel fundamental para a criança e para a educação das crianças, ela era vista como a única capaz de exercer essa função e, com isso, a família criou total dependência da mãe. Hoje, a importância do pai e da mãe precisa ter o mesmo peso nas decisões tomadas dentro de casa (Souza, 2020).

Com isso, o conceito de família tem carregado inúmeros sentidos, mas ainda continua a exercer função indispensável na vida dos filhos, principalmente no âmbito educacional, pois esta é o primeiro ambiente de socialização da criança, e é tida, portanto, como transmissora dos primeiros aspectos socioculturais. A conquista da tão desejada participação das famílias na vida escolar dos alunos deve ser vista como parte constituinte do trabalho de planejamento educacional (Castro; Regattieri, 2009).

Nesta perspectiva, é responsabilidade da família e das instituições de ensino assumir e desempenhar a sua função, uma completando a outra, o que contribui para a construção de uma educação de qualidade (Ribeiro *et al.*, 2011), uma vez que a participação da família no processo de ensino na educação básica desempenha um papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças e na construção de um ensino igualitário e de qualidade (Costa, 2015). Cabe aos sistemas de ensino o estabelecimento de programas e políticas que ajudem as escolas a interagirem com as famílias, apoiando, assim, o processo desenvolvido pelos professores junto aos alunos (Castro; Regattieri, 2009).

Os pais, com a parceria da escola, devem fazer parte de qualquer trabalho educativo tendo como foco a formação de um cidadão crítico e pensante. No entanto, é necessário discutir

e entender que cada qual tem sua função individual, tendo em vista que a família está encarregada de estabelecer os parâmetros de convivência na sociedade, estabelecer limites e regras de comportamento e reforçar as qualidades e virtudes dos alunos. Já a escola, enquanto instituição, assume diferentes funções no que se refere à formação humana e social dos sujeitos inseridos no processo de ensino (Ribeiro *et al.*, 2011).

É notável que muitas famílias acabam delegando à escola total responsabilidade sobre a educação das crianças (Leite; Gomes, 2008), o que faz com que a relação entre responsáveis e profissionais da educação é cada vez mais individualizada (Castro; Regattieri, 2009). Mas é necessário que os dois agentes funcionem em parceria, a fim de que haja a construção de gestão democrática e participativa. Tiba (2002) ressalta que a parceria da família com a escola não deve ser vista como um jogo de “empurra-empurra”, tendo em vista que família deve ser a maior responsável pela educação de seus filhos, devido ao contato com a criança no lar durante toda a fase da vida. Por isso, a família não deve transmitir as responsabilidades para a escola que tem como dever dar continuidade ao processo iniciado por ela (Ribeiro *et al.*, 2011).

Somado a isto, a participação das famílias contribui muito no desenvolvimento do educando e, conseqüentemente, na qualidade do ensino. Segundo Costa (2015), a participação dos pais na rotina escolar, seja por meio de reuniões, eventos ou atividades educativas, cria uma atmosfera de parceria entre família e escola, promovendo um sentimento de pertencimento e colaboração mútua. Isso possibilita um maior progresso acadêmico dos alunos, a melhoria do comportamento em sala de aula e o aumento da motivação para aprender. Assim, esse acompanhamento permite aos pais uma atenção maior aos problemas ou dificuldades presentes no ambiente escolar, de forma que os impasses observados são mais facilmente solucionados, garantindo sucesso na qualidade da educação dos alunos.

Desse modo, pais e responsáveis têm o direito e o dever de participar no durante a trajetória escolar dos seus educandos, dado que esta participação influencia e contribui nas aprendizagens e no sucesso escolar do aluno, visto que Pereira (2011) menciona que, quando os pais têm uma relação positiva com os professores, eles podem ajudar os filhos a terem um comportamento correto na escola.

Marcos legais acerca da gestão democrática e participação da família na educação brasileira

A participação da família na gestão democrática das escolas públicas brasileiras se manifesta por meio de diversos documentos legais, o que inclui desde a Constituição Federal

(Brasil, 1988) até o Plano Municipal de Educação (PME) de Iuiú (2015). Neste sentido, por meio da promulgação da constituição, surge um novo conceito de gestão democrática da educação, sendo uma conquista desta legislação para a sociedade, que passou a dar mais importância à formação de uma comunidade crítica e participativa. Esse documento ressalta a responsabilidade da família na vida escolar das crianças e adolescentes e preconiza a educação como um direito de todos, sendo dever do Estado e da família, promovida e incentivada a partir da colaboração da sociedade (Brasil, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, Lei nº 9394/96, também reforça esse papel da educação como dever dessas duas instâncias supracitadas, como está posto no Art.12º, inciso VI, que preconiza que os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de: articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola. Isso fica claro também a partir do Art. 13º, inciso VI, da referida lei que aponta que os docentes incumbir-se-ão de colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Somado a isto, essa articulação entre as instâncias citadas refere-se ao princípio da gestão democrática do ensino público, que tem como base a participação coletiva e democrática, fruto de uma persistente luta dos movimentos sociais que se consolida como base da educação em nosso país. Vale destacar como a essa gestão pode ser definida, tendo em vista que:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I- Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II- Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil, 1996).

Com isso, percebe-se que as famílias devem andar lado a lado com as escolas na educação de seus filhos, cumprindo um direito constitucional e garantindo o pleno desenvolvimento do educando.

Para tanto, o Art. 206º da Constituição vigente expressa princípios inerentes à transmissão do ensino nas redes de ensino, e viabiliza a adoção de critérios para a participação da população dentro das unidades escolares. Além disso, estabelece a gestão democrática do ensino público como um princípio da atual constituição (Brasil, 1988). Essa legislação é respaldada também na LDB, que garante a participação da comunidade escolar na elaboração do projeto pedagógico e na gestão escolar. Assim, a gestão democrática participativa escolar

busca promover um espaço coletivo e proporcionar a inclusão entre alunos, docentes, e gestores, tendo em vista a democratização da sociedade e da escola pública brasileira.

Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13005/2014, define metas e estratégias para promover a participação efetiva da família na educação, visando a melhoria da qualidade do ensino, em prol de uma gestão mais transparente e participativa. Neste sentido, uma das estratégias que orientam o trabalho educacional é a 1.12, que visa implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas da educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade (Brasil, 2014). Além disso, busca:

Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância. Estratégia: 1.14 (Brasil, 2014, p. 51-52).

O PME do município de Iuiú também determina algumas exigências no que se refere ao acompanhamento de toda a família na escolarização das crianças e adolescentes, como assegurar a implantação e funcionamento dos conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar nas instituições de educação, como está posto na estratégia 1.9 desse Plano, bem como mais adiante na estratégia 18.4 pontua sobre a importância de estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação institucional da unidade (Iuiú, 2015). Assim, fomenta para a construção de uma gestão democrática e participativa, por meio do diálogo entre escola e família.

Além disso, o Ministério da Educação (MEC), em consonância com suas atribuições regimentais, com o PNE e através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituiu o Programa Educação e Família por meio da Portaria nº 571/2021, de 2 de agosto de 2021. Esse programa tem o objetivo de fomentar e qualificar, no âmbito das escolas públicas de educação básica, a participação da educação, garantindo o direito à participação ativa dos pais ou responsáveis no processo educativo, além de estabelecerem diretrizes para a integração escola-família-comunidade.

5 COMPREENDENDO OS DADOS DA PESQUISA E TECENDO ALGUMAS DISCUSSÕES

Nesta seção, apresentamos e discutimos os resultados obtidos durante a pesquisa, a partir da análise dos dados provenientes de alguns documentos que fundamentam a efetivação da educação em tempo integral no município de Iuiú. Os documentos examinados foram o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, o documento da Política de Educação Integral do município de Iuiú-BA, bem como as atas das reuniões escolares da Escola Francina Nogueira, referente aos anos de 2022 a 2025, envolvendo toda a comunidade escolar. Além disso, os dados foram enriquecidos por meio de entrevistas realizadas com a secretária e a ex-secretária de Educação do município, a coordenadora pedagógica, duas professoras atuantes em escola de tempo integral da rede municipal, mães e pais de alunos e estudantes da referida instituição.

Desse modo, foi possível dialogar acerca dos sujeitos participantes da comunidade escolar em uma perspectiva dialógica e democrática, a fim de compreender como se deu o processo de implementação da escola de tempo integral no município de Iuiú, levando em conta as contribuições e os desafios frente a participação familiar na educação dos filhos, e o quanto essa participação contribui na construção do conhecimento e ascensão social das crianças matriculadas na escola.

O que foi observado e revelado pelos documentos da escola de tempo integral no município de Iuiú-BA

Para iniciar a pesquisa, foi realizada a análise do PPP da antiga Escola Centro Educacional Paulo freire no município de Iuiú – BA que funcionava anteriormente em outro prédio, mas atualmente foi transferida para o atual espaço do Centro Educacional Integral Francina Nogueira que se constituiu recentemente como uma escola de tempo integral, por esse motivo, o PPP da nova escola ainda se encontrava em processo de reelaboração.

Neste sentido, o referido documento analisado salientou que, para definir metas e ações que garantiam a ampliação e melhoria das condições de permanência e o aprimoramento da qualidade da educação ofertada a todos os iuiuenses, seria pertinente que se conhecesse a realidade educacional em que se encontrava o município. O documento era orientado pela concepção da Educação Integral, e defendia que o conhecimento era fruto também, de uma experiência histórica e culturalmente vivida e produzida, portanto, era capaz de formar as crianças e adolescente integradas ao contexto e capazes de desenvolver nova compreensão

acerca do mundo, novas sociabilidades e novas escolhas na vida social.

A composição do PPP foi permeada a seguinte reflexão: “que sujeitos queremos formar?”. Esse questionamento, e todo o processo formativo junto às comissões que construíram o documento, resultou em discussões e reflexões acerca dos alunos do município de Iuiú.

As concepções de educação, concepção de inclusão, de Direitos humano, de currículo, de conhecimento, de escola, de gestão democrática, balizavam a proposta pedagógica e curricular da escola Centro Educacional Paulo Freire, bem como suas práticas pedagógicas, a fim de garantir um percurso formativo que assegurassem a continuidade dos processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

Segundo o documento, o PPP da escola Centro Educacional Paulo Freire assumia internamente um compromisso com a conscientização, transformação sociocultural da comunidade escolar, sendo como objetivo principal o sucesso do aluno, para isso, enumerava metas e ações que seriam realizadas durante o período ativo do PPP, bem como elaborava todos os desdobramentos com os objetivos específicos, atividades que seriam realizadas, o prazo e os possíveis parceiros.

As metas e ações do PPP do Centro Educacional Paulo Freire foram elaboradas com o objetivo de promover uma educação de qualidade, inclusiva e participativa. A meta 1 consistia em aplicar os projetos propostos pela Secretaria de Educação e por seus parceiros, garantindo alinhamento com as políticas educacionais do município; a meta 2 propôs a implementação do projeto de Educação Integral para todos os alunos, fortalecendo a formação completa do estudante; a meta 3 buscava a melhoria em 50% da qualidade do ensino e o desempenho dos alunos que frequentavam o período de tempo integral, promovendo avanços significativos na aprendizagem; já a meta 4 previa o acompanhamento diário das oficinas do tempo integral, com oferta de assistência pedagógica e orientação metodológica à equipe docente durante os momentos de Atividade Coletiva (AC).

Na meta 5, o objetivo era de desenvolver e ampliar em 50% as ações realizadas na Sala de Recursos Multifuncional, garantindo atendimento mais eficaz às necessidades educacionais especiais; a meta 6 propôs a realização de reuniões mensais para avaliar o trabalho de todos os segmentos da escola – direção, secretaria, professores e servidores – promovendo a gestão democrática; a meta 7 visava promover eventos, oficinas e atividades extracurriculares com a participação ativa dos alunos, das famílias e da comunidade, fortalecendo os vínculos escolares; e com a meta 8 seria aplicado o projeto bimestral ou trimestral “Educando com a Família”, buscando aproximar a escola do ambiente familiar.

A meta 9 tratava-se da elaboração de projetos voltados à prevenção da indisciplina e do bullying, além do fortalecimento de valores humanos em cada unidade; a meta 10 estabelecia o acompanhamento da frequência dos alunos com relatórios mensais, possibilitando ações preventivas contra a evasão escolar; a meta 11 propôs o desenvolvimento de projetos esportivos ao menos uma vez por unidade, incentivando a cultura do esporte, da saúde e do lazer; por sua vez, a meta 12 previa a realização de formação continuada mensal para toda a comunidade escolar, promovendo atualização e qualificação profissional.

A meta 13 envolvia a realização de oficinas direcionadas às famílias sobre práticas promotoras de saúde, educação sexual, higiene, limpeza e nutrição, contribuindo para a formação cidadã e integral dos alunos; por fim, a meta 14 propôs que houvesse a revisão do PPP no início e no meio do ano letivo, garantindo sua atualização constante e coerência com as necessidades da escola e da comunidade.

Para tanto, foi analisado também o documento da Política de Educação Integral do município de Iuiú-BA, (Iuiú, 2024) que se deu por meio da Secretaria Municipal de Educação que provocou um processo de discussão sobre a meta 6 do Plano Municipal de Educação (PME) que propôs “oferecer Educação em Tempo Integral em 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas de educação básica de modo que viesse a atingir no mínimo 60% (sessenta por cento) dos alunos da educação básica até o final da vigência do PME” (Iuiú, 2015).

O documento da Política de Educação Integral do município de Iuiú-BA, pontuou que em Iuiú foi criado um Programa pensado na educação de tempo integral, contemplando estudantes tanto nos Anos Iniciais quanto nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Seu objetivo era ajudar na redução das desigualdades na educação, promovendo a valorização da diversidade cultural e servir como referência para a adoção desse modelo, mas foi encerrado em 2021. No ano de 2022, foi implantado em duas escolas municipais a educação em tempo integral, nas escolas Centro Educacional Francisco Guedes (distrito de Pindorama) e no Centro Educacional Paulo Freire, atualmente denominada Centro Educacional Integral Francina Nogueira na sede, contemplando cerca de 472 alunos, sendo oferecidas atividades curriculares complementares.

Ainda nesse documento, foram apresentadas algumas estratégias para viabilização da Meta 6 do Plano Municipal de Educação para o decênio 2015-2025, com firme propósito de implantar uma política sólida de educação integral. Entre estas, destacavam-se as seguintes:

- 6.1) promover, com o apoio da União e o Estado, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua

responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola; 6.2) firmar parceria com governo estadual e/ou federal, para a construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, priorizando famílias em situação de vulnerabilidade social; 6.3) ampliar as medidas já adotadas para aperfeiçoar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais; 6.4) capacitar profissionais da área da educação sobre a importância da educação integral para comunidade e também para planejar e desenvolver práticas diversificadas e interdisciplinares que envolvem os alunos em atividades significativas (Iuiú, 2015, Projeto de Lei nº 30/2015, art. 'Estratégias 6.1–6.4').

A seção inicial desse documento tratava dos fundamentos legais e dos princípios políticos que orientavam a implementação da política pública voltada à garantia dos direitos constitucionais de todos os cidadãos em idade escolar, no âmbito da Educação Infantil e do Ensino Fundamental deste município, reafirmando o compromisso da atual gestão com a oferta de uma educação de qualidade (Iuiú, 2015).

Ainda sobre o documento de Política de Educação Integral do município de Iuiú-BA, foi possível observar que a Secretaria de Educação tem buscado meios que promovessem a melhoria da qualidade da educação, entendendo que a progressão do tempo escolar seria um facilitador para alcançar bons resultados, para isso, é necessário desenvolver uma educação que dê conta de atender à diversidade de forma igualitária e equitativa (Iuiú, 2015). A Educação Integral em Iuiú é organizada conforme cada etapa da Educação Básica. Nas creches, o atendimento em tempo integral ocorre desde 1998, e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental começou em 2022, com jornada ajustada para 8h15, visando a ampliação gradual para toda a rede.

Observou-se também que a avaliação da aprendizagem ainda era vista como um desafio no processo pedagógico, por muitas vezes estar ligada a práticas excludentes e seletivas. Historicamente, tem servido para selecionar os “melhores”, baseando-se na ideia de igualdade de oportunidades, mas desconsiderando o direito de todos ao sucesso escolar (Iuiú, 2015). Esse cenário reforçou a necessidade de repensar o papel da avaliação na formação dos estudantes.

Além destes documentos, foram analisadas as atas elaboradas a partir das reuniões decorridas dos anos de 2022 a 2025, quando a instituição ainda funcionava no espaço da escola Centro Educacional Paulo Freire, mas também atualmente como Centro Educacional Integral Francina Nogueira, sendo registrado neste documento o percurso reflexivo e de elaboração de uma escola unida. Nas atas, é citada a equipe diretiva, professores, pais e demais funcionários. As reuniões discutiam sobre melhorias no ensino e convivência dos funcionários e sobre a

participação e frequência dos alunos em sala de aula, tendo em vista que a escola é fundamental para o desenvolvimento do cidadão.

Neste sentido, durante o ano letivo foram realizadas diversas reuniões de pais e mestres para entrega dos resultados, acompanhamento da aprendizagem e do comportamento das crianças. Essas reuniões ocorriam, na maioria das vezes, de forma trimestral e eram organizadas por turma. Além disso, observou-se nas atas que no período de transição do ensino regular para o integral, houve uma reunião específica para informar as famílias sobre como funcionaria essa mudança. Nessa ocasião, os pais se comprometeram a levar os filhos nos dois turnos, de modo a contemplar a proposta de ensino integral.

Todas as reuniões eram registradas em atas, nas quais constavam a pauta discutida, os objetivos, os participantes e as respectivas assinaturas. Ao longo dos anos, foram promovidas reuniões no início de cada ano letivo e, posteriormente, de forma trimestral para a entrega dos resultados das avaliações e do desenvolvimento dos alunos. Nessas ocasiões, destacavam-se aspectos como aprendizagem, frequência, participação da família e a importância do respeito entre os estudantes, visto que a escola, por meio desses encontros, buscava constantemente o apoio da família no processo formativo, reforçando a necessidade de cuidado e acompanhamento dos filhos. Também se incentivava o diálogo claro e aberto entre escola e família, de modo a facilitar a resolução de problemas escolares.

No que se refere à participação dos responsáveis, as atas evidenciaram uma presença frequente das famílias nas reuniões. Entretanto, ao comparar a presença de pais e mães, foi possível notar que a participação do público feminino era significativamente maior. A análise das assinaturas demonstrou que a presença paterna, embora existente, ainda era mínima.

Observou-se também que a opinião dos funcionários era essencial, sendo solicitado que refletissem sobre o ano letivo anterior, identificando pontos positivos e negativos. Esses momentos eram voltados para a avaliação dos avanços das turmas, identificação de aspectos a serem melhorados, troca de experiências sobre práticas pedagógicas bem-sucedidas e discussão de projetos. Havia, ainda, espaço para ouvir professores e demais funcionários, fortalecendo o diálogo e a busca por soluções coletivas. Geralmente os encerramentos das reuniões, eram estabelecidos um cronograma de acompanhamento e avaliação dessas medidas, partir da participação ativa de toda a comunidade escolar.

Dessa forma, ficou evidente que a escola valorizava a comunicação e a participação de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, priorizando sempre o diálogo como caminho para enfrentar desafios e promover melhorias.

Na seção seguinte (5.2), serão apresentados os resultados das entrevistas realizadas com

os principais sujeitos da comunidade escolar, a fim de compreender suas contribuições para o processo de gestão democrática e a participação das famílias na vida escolar dos filhos.

Dialogando com os participantes da pesquisa

Para melhor compreensão sobre a percepção acerca da educação de tempo integral no município de Iuiú destacaram-se as falas dos sujeitos que faziam parte da comunidade escolar de acordo seus respectivos papéis e contribuições para o desenvolvimento desta pesquisa.

Nesta perspectiva, inicialmente observou-se que a Secretária de Educação e a Ex-secretária de Educação, trouxeram contribuições valiosas sobre as finalidades, desafios e recomendações para a implementação da escola de tempo integral no município, em que se basearam nas suas experiências técnicas e políticas à frente da educação municipal.

Assim sendo, no que se referia a implantação do ensino integral no município de Iuiú a secretária de educação afirmou que:

A proposta de implantação de uma escola de tempo integral no município de Iuiú se fundamenta na necessidade de promover uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa, em consonância com os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE). Trata-se de uma estratégia essencial para o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem, a formação cidadã dos estudantes e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes (Secretária de Educação, 2025, informação verbal).

Com isso, ao observar a fala da secretária de educação e em seguida o relato da ex-secretária logo abaixo, foi possível compreender que ambas compartilhavam do mesmo pensamento, tendo em vista que a Ex-secretária de educação relatou sobre o modelo de educação idealizado por ela e pressupôs que: “A educação integral que buscamos visa ampliar o processo formativo, o que pressupõe a ampliação da jornada escolar, superando as limitações constatadas na escola de tempo parcial, em sintonia com a perspectiva formativa assumida” (informação verbal, 2025). Ainda nessa perspectiva, ela pontuou:

Almejamos a melhoria da aprendizagem e por conseguinte dos índices educacionais, entendendo que a educação é a mola propulsora que servirá para a transformação de nossa sociedade, soma-se a isto a proteção de crianças e adolescentes que se encontrem em situações de vulnerabilidade social e a prevenção destas crianças estarem expostas, no contraturno escolar. (Ex-secretária de educação, informação verbal, 2025).

Somado a isto, observamos que essa reflexão contemplava uma educação integral que abarcava não só o processo de ensino/ aprendizagem, mas a garantia da formação humana, considerando que “é preciso se ter em mente que a escola em tempo integral não é apenas “mais tempo de aula” ela deve incluir: oficinas (arte, música, esportes, meio ambiente etc.); apoio pedagógico; envolver a comunidade escolar e parceiros” (Secretária de Educação, 2025, informação verbal).

Para além dessas discussões, a coordenadora pedagógica entrevistada destacou acerca de alguns pilares importantes para que essa educação integral fosse realmente garantida, como a formação continuada dos professores; o diálogo pedagógico constante e a efetivação de uma gestão democrática com eixos fundamentais para o bom funcionamento da escola e para o fortalecimento do vínculo entre família e instituição escolar (informação verbal, 2025).

No entanto, apesar de notar que a escola buscava essa relação de parceria com as famílias dos alunos, notou-se a partir das falas de duas professoras entrevistadas, intituladas de professora A e professora B, relatos de desafios enfrentados quanto à participação das famílias no processo de ensino-aprendizagem, mas também compartilharam estratégias e projetos implementados na tentativa de que promovessem essa aproximação, como o projeto “Lendo em casa com a família” e ações culturais envolvendo a comunidade escolar.

Neste sentido, a Coordenadora também afirmou que haveria um projeto de leitura e escrita, sugerido para algumas turmas e para a biblioteca, e o dia da contação de histórias, em que os pais adentrariam a escola para contar historinhas. Somado a isto, quando foi perguntada acerca do seu papel enquanto coordenadora e se ela atuava na gestão da escola, ela respondeu que: “o papel da coordenadora é justamente esse de acompanhar e dar subsídio aos professores, a fim de que isso retrate na sala de aula e conseqüentemente na aprendizagem dos alunos” (Coordenadora, 2025, informação verbal). Além disso, foi relatado que:

A diretora preza por manter uma gestão democrática e sempre que tem alguma demanda que não seja administrativa, ou ainda que seja, mas que necessite de opinião ou da nossa participação, nós estamos ali participando. Ela também é aberta a sugestões, e nós temos carta branca, enquanto coordenadoras, para executar o nosso papel, ver as possibilidades que dá para fazer. (Coordenadora, informação verbal, 2025).

Neste ponto, é pertinente refletir à luz de Paulo Freire (1996) que compreendia a educação como um ato político e dialógico, no qual todos os sujeitos envolvidos, desde os professores, gestores, estudantes e comunidade, são chamados à construção coletiva do conhecimento.

Desse modo, a coordenadora e as professoras apontaram o valor do diálogo com as famílias, mesmo em meio às dificuldades de participação, evidenciando a busca por uma prática educativa pautada na escuta, na troca e na humanização das relações escolares.

No entanto, a partir de diversas conversas com a comunidade escolar, constatou-se que a escolha do diretor escolar era ainda por meio de nomeação política, o que afeta negativamente os princípios de gestão democrática, pois tal prática favorece interesses externos, visto que, a escolha para diretor ocorria por meio de indicação política e não por interesses coletivos de toda comunidade escolar, de tal modo que na escolha (indicação) dos diretores pelo poder executivo local, o gestor vai atender aos interesses do executivo que nem sempre coincidem com os interesses da comunidade escolar (Silva, 2007).

Nesse viés, verificamos também que o colegiado escolar não era ativo, conforme alegou uma das coordenadoras, pois a escola não enfrentava demandas tão altas quanto a de escolas maiores do município. Gadotti e Romão (2001 apud Silva, 2007) definem o colegiado como o órgão que geralmente é constituído por todos os segmentos da comunidade escolar: pais, alunos, professores, direção e demais funcionários, de tal maneira que, para implementar uma gestão democrática e participativa na educação, é necessário garantir um colegiado escolar forte e atuante.

A coordenadora pedagógica mencionou que estava prevista uma nova reunião para delegar novos membros do colegiado escolar, pois a última delegação para escolha dos membros ocorreu quando a instituição funcionava em outro espaço e com outra nomenclatura (informação verbal, 2025). Desse modo, as demandas escolares se viabilizavam por meio da organização e construção de um espaço participativo, no qual existia a interação entre todos sujeitos que faziam parte do âmbito escolar.

Assim sendo, além dos impasses citados acima, vale destacar os principais desafios enfrentados por uma das professoras, enquanto pedagoga, principalmente no que se refere ao envolvimento das famílias no processo de ensino-aprendizagem, pois:

A família não participa muito na escola, ainda mais com o ensino de tempo integral, o que fez com que as famílias deixassem mais de estar presente, então eu considero esse como um dos maiores desafios, que é a falta de acompanhamento familiar e a parceria junto com a gente (Professora A, 2025, informação verbal).

Apesar de que ainda havia a falta de participação da família, observou-se que existiam responsáveis que se preocupavam com a educação escolar, isso ficou evidente a partir das entrevistas com as mães e as crianças, pois revelaram uma percepção majoritariamente positiva

em relação à escola e ao processo de aprendizagem, de forma que destacaram avanços significativos no desempenho escolar dos filhos. A mãe A (2025, informação verbal), por exemplo, relatou com satisfação que sua filha “não sabia ler, e agora já está aprendendo a escrever e ler”, o que demonstra não apenas a valorização do progresso acadêmico, mas também uma confiança no trabalho da escola. A mãe B (2025, informação verbal) também compartilha percepção semelhante, ao afirmar que o filho “já está escrevendo bastante e está aprendendo a ler” (2025, informação verbal), em que evidenciaram que o desenvolvimento da alfabetização é um critério central para a avaliação da qualidade do ensino na visão dos pais.

Outro ponto relevante foi o envolvimento das mães entrevistadas na vida escolar dos filhos. Ambas se disseram participativas e presentes. A mãe A (2025, informação verbal) afirmou que sempre que podia que ela ia à escola e acompanhava a filha, além de ajudar nas atividades extraclasse. Ela relatou: “sempre que passam alguma atividade para casa, eu sento com ela e a ajudo fazer” (Mãe A, 2025, informação verbal), o que reforça a ideia de um vínculo entre casa e escola. De forma semelhante, a mãe B (2025, informação verbal) disse que estava sempre na escola, observando o filho, o aprendizado, além de o acompanhar em casa. Esse engajamento demonstrou uma compreensão concreta do papel da família como parte ativa no processo educacional.

Quando perguntadas sobre o valor da educação, ambas expressaram uma visão muito clara e prática sobre seu impacto no futuro das crianças. A mãe A (2025, informação verbal) afirmou que a educação é essencial para que sua filha “tenha um futuro melhor”, enquanto a mãe B (2025, informação verbal) apontou que estudar é uma forma de escapar do trabalho pesado e sem perspectivas, expressando que: “é difícil hoje em dia a pessoa estar trabalhando em roça, com sol quente, e não ter um futuro melhor nos estudos”. Essas falas reforçaram uma visão da educação como meio de ascensão social e de melhoria nas condições de vida, de tal modo que algumas famílias buscavam a escola como principal meio educativo.

No que se refere à entrevista com os pais das crianças, as respostas não foram diferentes, pois eles também valorizavam a educação e concordavam que a escola era de extrema importância na vida dos filhos. Isso ficou claro quando foram questionados se estavam satisfeitos com a escola e o porquê da resposta, visto que tanto o pai A quanto o pai B responderam que sim, ressaltando a forma positiva como os profissionais da educação conduziam a escola e enaltecendo o fato de a escola ser de tempo integral, o que oportunizava, segundo eles, um suporte maior e, conseqüentemente um maior desenvolvimento.

Ao ser questionado sobre as reuniões escolares e acerca da temática abordada, o pai A afirmou que:

No início do ano letivo teve uma reunião na escola com todos os pais, ainda não fui em nenhuma reunião depois do início do ano não, mas o pessoal da direção sempre está no portão, dando atenção, perguntando se estamos precisando de alguma coisa para melhorar, o que de certa forma já é um suporte. No início do ano foi para falar sobre a escola, qual é a proposta da escola, qual é o currículo da escola. E foi muito bom, foi falado também sobre o funcionamento da escola, que no caso é tempo integral, e gestão da escola deu todos os detalhes de como a escola ia funcionar. (Informação verbal, 2025).

O pai B relatou: “No dia de reunião de pais e mestres, elas sempre falam da convivência do aluno na escola, fala também sobre os problemas didáticos, como o aluno está se comportando na escola” (Informação verbal, 2025). Desse modo, com essas falas, foi possível observar que havia uma participação dos pais com relação a educação e aprendizagem dos filhos, bem como um diálogo entre escola e família.

As entrevistas com os alunos complementaram e confirmaram essas percepções. Ambas demonstraram gostar da escola. A criança A (sexo feminino) explicou que está gostando da escola sob a seguinte alegação: “gosto porque é muito legal e aprendo muitas coisas novas (informação verbal, 2025). já quando foram questionadas sobre o que elas faziam na escola, a Criança A (sexo feminino) respondeu: “Eu estudo, brinco no recreio, como bastante coisa” (Informação verbal, 2025), em que destacou a escola como um espaço de múltiplas experiências que envolviam aprendizagem, socialização e cuidados. Já a Criança B (sexo masculino) disse: “La eu estudo, leio, escrevo e brinca” (Informação verbal, 2025), evidenciando maior foco nas práticas pedagógicas, ainda que também valorizassem o brincar.

Além disso, as crianças também demonstraram senso crítico ao sugerirem melhorias, como por exemplo a Criança A (informação verbal, 2025) que considerava que a escola “poderia ser mais organizada”, ainda que reconhecesse avanços, e a Criança B (informação verbal, 2025) que sugeriu a instalação de câmeras, possivelmente associando isso à segurança.

No que se refere ao apoio familiar nas tarefas de casa, a Criança A declarou: “Sim, minha mãe me ajuda” (Informação verbal, 2025), enquanto a Criança B relatou: “Tem vez que minha mãe ajuda, porque não passa muita tarefa pra casa” (Informação verbal, 2025). Essas respostas evidenciaram a importância da presença da família como mediadora do processo de aprendizagem, ainda que em diferentes intensidades.

Assim, os sujeitos da pesquisa representaram diferentes níveis de responsabilidade e atuação no contexto educacional do município de Iuiú, sendo vozes fundamentais para a compreensão da realidade, das práticas, das dificuldades e das potencialidades da implantação do ensino em tempo integral, especialmente no que se referia à participação da família no

processo educativo.

Portanto, a educação de tempo integral e a aproximação entre escola e família exigem práticas democráticas, dialógicas e comprometidas com a formação de sujeitos autônomos e críticos. Ficou evidente que o fortalecimento desses vínculos não se limitava apenas à extensão do tempo escolar, mas à reinvenção das relações pedagógicas, administrativas e afetivas que sustentam a escola como espaço de construção coletiva, não só no aspecto escolar, mas em uma educação pensada para a vida enquanto cidadão.

6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES NÃO CONCLUSIVAS

A realização desta pesquisa em uma escola de tempo integral no município de Iuiú-BA possibilitou uma rica experiência de aprendizado, reflexão e análise sobre o papel da gestão democrática e participativa no cotidiano escolar, bem como sobre a importância da presença ativa da família no processo educativo. Ao longo da vivência, foi possível perceber que, embora houvesse esforços por parte da Secretaria Municipal de Educação e da própria escola em criar mecanismos que incentivassem essa participação, ainda existiam desafios a serem superados, principalmente no que se referia à efetiva articulação entre escola e comunidade.

As atividades desenvolvidas durante essa pesquisa permitiram compreender que a gestão democrática ia além da escuta e da consulta: era necessário ações concretas que promovessem o engajamento real de todos os atores envolvidos no processo educacional, especialmente das famílias. A leitura e análise dos documentos institucionais, como o PPP e as atas das reuniões escolares, bem como as entrevistas com professores e familiares, evidenciaram que a escola vem buscando ampliar esse diálogo, embora, muitas vezes, esbarrasse em fatores socioeconômicos, culturais e estruturais que limitavam uma participação mais ativa dos responsáveis.

Ao observar os dados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica pode-se inferir que a relevância da participação da família e da comunidade na gestão escolar demarcava-se como fator essencial para a melhoria da aprendizagem e para a consolidação de uma educação pública de qualidade. Os estudos analisados mostraram que, apesar da gestão democrática está prevista nas legislações e documentos oficiais, sua efetivação ainda apresentava desafios, pois nem sempre as práticas escolares garantiam espaços reais de participação. Também ficou evidente que projetos e iniciativas que promoviam a aproximação entre família e escola, como reuniões, encontros e intervenções pedagógicas, contribuíam significativamente para o desenvolvimento integral dos estudantes, para o fortalecimento da gestão participativa e para a construção de uma escola mais inclusiva. Assim, a pesquisa bibliográfica alcançou os objetivos propostos ao permitir compreender como a literatura abordou o tema, identificando experiências já desenvolvidas em diferentes contextos e destacando a importância da gestão democrática como caminho para potencializar a relação entre escola, família e comunidade.

Nesse viés entre pesquisa bibliográfica e de campo, a experiência vivenciada nessa escola de tempo integral anos possibilitou refletir acerca da relevância desse modelo de ensino como estratégia de fortalecimento da educação pública. A proposta da escola de tempo integral se destaca não apenas pela ampliação da jornada escolar, mas, sobretudo, por buscar oferecer

aos estudantes uma formação integral que contemple o desenvolvimento cognitivo, social, cultural, afetivo e físico. Nesse sentido, a estrutura da escola desempenha um papel essencial, pois precisa atender às necessidades pedagógicas e de convivência, garantindo espaços adequados para atividades de estudo, práticas esportivas, artísticas, culturais e de convivência comunitária. Uma escola de tempo integral requer, portanto, ambientes organizados que favoreçam o aprendizado e a permanência prazerosa do estudante no espaço escolar ao longo de todo o dia.

Além da estrutura física, o currículo é outro elemento de destaque no processo de consolidação da escola de tempo integral, uma vez que deve ser pensado de forma integrada, articulando os conteúdos da base comum com atividades diversificadas que promovam experiências significativas e contextualizadas. A interdisciplinaridade, a valorização da cultura local, o incentivo à leitura, às práticas de cidadania e ao desenvolvimento de projetos coletivos tornam-se elementos fundamentais para a construção de um currículo que vá além da simples reprodução de conteúdo, estimulando o protagonismo e a autonomia dos estudantes. Nesse aspecto, observa-se que a escola de tempo integral promove a aquisição de experiências que enriquecem a aprendizagem e fortalecem a identidade cultural e social dos alunos.

Outro ponto que vale ser destacado ao longo da análise refere-se ao papel dos profissionais da educação. A escola de tempo integral demanda professores e funcionários preparados para lidar com os desafios de uma jornada ampliada, o que exige uma formação contínua e comprometida com os princípios da educação integral e inclusiva. Não se trata apenas de dominar conteúdos, mas também de desenvolver metodologias participativas, de valorizar a diversidade e de construir práticas pedagógicas inovadoras que dialoguem com as realidades dos estudantes. A formação desses profissionais precisa ser permanente e voltada tanto para o aprimoramento técnico quanto para o fortalecimento da dimensão humana e social do processo educativo.

Por isso, a gestão democrática e participativa se apresenta como pilar essencial para o bom funcionamento da escola de tempo integral. Uma gestão autoritária e centralizadora, por mais organizada que seja, dificilmente conseguirá mobilizar os diferentes atores em torno de um projeto comum. Ao contrário, quando a gestão se fundamenta no diálogo, na escuta ativa, na valorização das diferentes vozes e na construção coletiva, cria-se um ambiente favorável à cooperação, à corresponsabilidade e ao engajamento de todos: professores, funcionários, estudantes, famílias e comunidade. Isso reforça a ideia de que a gestão democrática não se limita a cumprir normas legais, mas se configura como prática cotidiana que fortalece o pertencimento e a corresponsabilidade.

A participação da família e da comunidade, por sua vez, é condição indispensável para a efetivação desse modelo educativo. Ao se envolverem nas decisões, nas atividades escolares e nos projetos pedagógicos, as famílias contribuem não apenas para o acompanhamento da vida escolar dos filhos, mas também para a construção de uma escola que dialoga com o território e reconhece os saberes comunitários. Nesse sentido, a escola de tempo integral pode e deve se tornar um espaço de articulação com a comunidade, promovendo atividades culturais, esportivas e sociais que ultrapassem os muros escolares e se conectem à realidade local. Essa aproximação, quando consolidada, fortalece o vínculo entre escola e sociedade e amplia as possibilidades de aprendizagem, pois o estudante percebe que seu processo formativo é valorizado tanto no ambiente escolar quanto em sua família e comunidade.

Portanto, ao ampliar a análise sobre a experiência realizada, salienta-se que a escola de tempo integral, quando alicerçada em uma gestão democrática, participativa e comprometida com os princípios da inclusão e da equidade, representa uma oportunidade concreta de transformação social. Nesse sentido, o estudo reforça a importância de uma educação integral que considere os sujeitos em sua totalidade e que valorize a construção coletiva das práticas pedagógicas. A aproximação entre família e escola, quando bem conduzida, fortalece os vínculos afetivos e sociais, melhora o desempenho dos estudantes e contribui para a consolidação de uma educação pública de qualidade. Conclui-se, portanto, que investir em uma gestão participativa, dialógica e comprometida com os princípios da equidade e da inclusão é fundamental para que a escola de tempo integral cumpra seu papel social de forma plena e transformadora.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Ana Cristina Andrade. **A importância da cooperação entre a escola e a família: um estudo de caso**. 2012. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico) – Instituto Politécnico de Castelo Branco, Castelo Branco, Portugal, 2012.
- AZEVEDO, Fernando de *et al.* **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-123479/manifestos-dos-pioneiros-da-educacao-nova-1932-e-dos-educadores-1959> . Acesso em: 27 ago. 2025.
- BENTO, António V.; MENDES, Guida, R.; PACHECO, Dulce, A. Relação escola-família: participação dos encarregados de educação na escola. **Revista CIAIQ**, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320353337_Relacao_Escola-Familia_Participacao_dos_Encarregados_de_Educacao_na_Escola. Acesso em: 19 jun. 2025.
- BOURDIEU, Pierre. Os excluídos do interior. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 24 jun. 2025.
- BRASIL. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Presidência da República [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 24 jun. 2025.
- BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Presidência da República [2001]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 24 jun. 2025.
- BRASIL. Lei nº 13.005, 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Presidência da República [2014]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 24 jun. 2025.
- BRASIL. Portaria n.º 2.036, de 23 de novembro de 2023. Define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Ministério da Educação/Gabinete do Ministro [2023]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.036-de-23-de-novembro-de-2023-52553189>. Acesso em: 24 jun. 2025.
- CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza. *Interação escola-família: subsídios para práticas escolares*. Brasília: UNESCO; MEC, 2009.

COELHO, Lígia Martha C. da Costa; CAVALIERE, Ana Maria. *Educação brasileira e(m) tempo integral*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CORREA, Denise Lima; NEZ, Egeslaine de. Gestão Democrática e Participação das Crianças: da legislação ao cotidiano escolar. **Revista Diálogos Interdisciplinares**, Aquidauana, v. 1, n. 13, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/deaint/article/view/20445>. Acesso em: 20 jun. 2025.

COSTA, Lindalci Maria Candida Cotrim. A gestão participativa como fomentadora da parceria família para melhoria da aprendizagem. In: XXI Semana Acadêmica da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XII. **Anais [...]** Guanambi, BA, 2024.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira? **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 23, n. 81, p. 247-270, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LYGC8CQ8G66G6vrdJkcBjwL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 jun. 2025.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/7rYfjLkYmYWjNLG9DBrRMMy/?lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 17. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Antonio Sérgio. Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral. **Cadernos CENPEC**, São Paulo, nº 2, 2006. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/es_tempointegral/Reflexoes_ed_integral.pdf. Acesso em: 20 mai. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IUIÚ [Município]. Lei nº 276, de 23 de junho de 2015. Plano Municipal de Educação (PME). **Diário Oficial do Município**. Iuiú – BA, 2015. Disponível em: <https://iuiú.ba.gov.br/arquivos/115526201704091.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2025.

IUIÚ [Município]. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Referencial Curricular Municipal de Iuiú**. Iuiú – BA, 2020.

IUIÚ [Município]. Centro Educacional Municipal Paulo Freire. **Projeto Político Pedagógico**. Iuiú, BA: Prefeitura Municipal de Iuiú, Secretaria de Educação, Esportes, Cultura e Lazer, 2023. 67 p.

LEITE, Eliane Gonçalves; GOMES, Haydê Morgana Gonzaga. **O papel da família e da escola na aprendizagem escolar**: uma análise na Escola Municipal José Teobaldo de Azevedo no Município de Limoeiro – PE. Limoeiro, 2008. Disponível em: https://www.faculdadesenacpe.edu.br/encontro-de-ensino-pesquisa/2011/II/anais/comunicacao/013_2008_oral.pdf. Acesso em: 08 set. 2024.

LIMA, Leiliane dos Santos de; OLIVEIRA, Sonia Maria Borges. Gestão escolar participativa: caminhos para participação das famílias. **EaD & Tecnologias Digitais na Educação**, [S. l.], v. 12, n. 15, p. 173-184, 2024. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/ead/article/view/18134>. Acesso em: 10 abr. 2025.

MAURÍCIO, Lúcia Velloso. Escritos, representações e pressupostos da escola pública de horário integral. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 15-31, abr. 2009. Disponível: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2416/2155>. Acessado em: 09 set. 2024.

MELO, Lucia de Fátima. O princípio da gestão democrática da escola básica no estado do Acre na consecução dos planos municipais de educação e nas normativas legais próprias. *In*: 41º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED. **Anais [...]** Manaus, AM, outubro de 2023.

MENEZES, A. C. Z. et al. Diagnóstico Psicopedagógico: a clínica e a escola. Belo Horizonte: FEAD, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11. Ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINAZI, Maria Lúcia. **Técnicas qualitativas de pesquisa em educação**. Campinas: Papirus, 1991.

MINTO, Lalo Watanabe. Administração escolar no contexto da nova república. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n. esp., p.140-165, ago. 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4918/art10_22e.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

MOCHON, Angélica Aparecida et al. Um estudo sobre a participação da família como elemento potencializador do processo de aprendizagem dos filhos. *Humanidades & Inovação*, v. 9, n. 10, p. 361-378, 2022.

MONTEIRO, Agostinho Reis. **História da Educação**: do antigo “direito de educação” ao novo “direito à educação”. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

MOREIRA, Yndia Goiana Remígio. Relação entre a família e a escola no processo de ensino-aprendizado dos alunos. *Revista Científica, Ciências Humanas*, 14 nov. 2023. Disponível em: <<https://zenodo.org/records/10345696>>. Acesso em: 12 de jul. 2025.

MORMITO, Daniele de Fátima Santos. **As práticas pedagógicas nas escolas de tempo integral do município de Curitiba (1988-2017)**. 2018. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2018.

NERES, Jusimara Alves; SILVA, Eduarda Arruda; PAES, Tamara Raiane Rocha; FERNANDES, Marinalva Nunes. Percepções do ensino em tempo integral e o papel do coordenador em uma escola pública do município de Guanambi/BA. *In: XXI Semana Acadêmica da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XII, Guanambi. Anais [...]* Guanambi: UNEB, 2024.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: Introdução crítica**. 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PIANA, José. **Metodologia de pesquisa científica**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

REIS, Sulamita Ferreira. **A relação família e escola e os seus efeitos no processo de ensino e aprendizagem**. 2024. 28f. Artigo (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, 2024.

RIBEIRO, Laís Sousa. A participação da família na vida escolar dos filhos. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

ROCHA, Selma Ilidia; TANAN, Romilda Soares; SANTANA, Carla Diana Teixeira; CARVALHO, Priscila Castro Teixeira; SILVA, Valdinéia Neves da. A gestão escolar e a família como parcerias na alfabetização dos alunos do 3º ano de uma escola do campo no município Guanambi/BA. *In: XXI Semana Acadêmica da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XII, Guanambi. Anais [...]* Guanambi: UNEB, 2024.

SANTOS, Antonio Fernando; OLIVEIRA, Izomar da Silva; COSTA-JUNIOR, João Fernando; HUBER, Norberto. Influência social: a participação da família na aprendizagem dos filhos. **Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, [S. l.], v. 3, p. 132–152, 2022. Disponível em: <https://reben.emnuvens.com.br/revista/article/view/30>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SILVA, Luciana Leandro da. Implicações do programa de educação integral da Paraíba na gestão escolar e no trabalho dos diretores. *In: 41ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, 2023. Anais [...]* Manaus, AM, outubro de 2023.

SILVA, Anderson Costa da Silva; COSTA, Geraldina Pereira da; PINHEIRO, Maylla Josefina Costa; SAMPAIO, Nathalia Jessica Benthien Oliveira. A importância da relação família e escola na formação do aluno. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, Mongaguá, v. 1, n. 1, jan./jul. 2024. Disponível em: <https://submissoesrevistacientificaosaber.com/index.php/rcmos/article/view/500>. Acesso em: 10 mai. 2025.

SILVA, Antônia Tainá Pires da; MELO, Lucia de Fátima. O plano estadual de educação do Acre e a gestão democrática. *In: 41ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, 2023. Anais [...]* Manaus, AM, outubro de 2023.

SOUZA, Adriana Izaías De Azevedo. A relação entre a família e a escola no processo de ensino e aprendizagem. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do*

Conhecimento. Ano 05, Ed. 01, Vol. 01, pp. 134-144. Janeiro de 2020. ISSN: 2448 0959.

SILVA, Josias Benevides da. Um olhar histórico sobre a gestão escolar. Educação em Revista, Marília, v. 8, n. 1, p. 21–34, 2007.

SOUZA, Maria Ester do Prado. **Família/escola**: a importância dessa relação no desempenho escolar. 2009. 25 f. Artigo (Programa de Desenvolvimento Educacional) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Santo Antônio da Platina, PR, 2009.

TEIXEIRA, Anísio. A escola pública universal e gratuita. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 64, p. 3-27, out./dez. 1956. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/453>. Acesso em: 14 mar. 2025.

TIBA, Içami. **Disciplina**: limite na medida certa. 72. Ed. São Paulo: Editora Gente, 1996.

WEBER, marx. 1992, p.215-6. in MINTO, Lalo Watanabe. Administração escolar no contexto da nova república. Revista HISTEDBR on-line. Campinas, n.especial, p.140-165, ago. 2006.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de entrevista com a secretária e ex-secretária de educação

1- Quantos anos o (a) senhor (a) tem?

2- Qual é a formação acadêmica do (a) senhor (a)?

3- Há quantos anos o (a) senhor (a) atua na área da educação?

4- Qual a finalidade e importância de uma escola de tempo integral no município de Iuiú?

5- Qual a estrutura ideal de uma escola de tempo integral?

6- Quais são os principais desafios da implantação de uma escola de tempo integral?

7- Quais as recomendações o (a) senhor (a) faria para um município que deseja implantar escolas de tempo integral?

Apêndice B – Roteiro de entrevista com a coordenadora pedagógica

- 1- Qual a sua idade?
- 2- Há quantos anos o (a) senhor (a) atua como coordenador (a) desta escola?
- 3- Qual é o seu principal papel na escola?
- 4- O (a) senhor (a) participa de encontros formativos?
- 5- O (a) senhor (a) participa da gestão da escola? De que maneira?
- 6- As decisões da direção são compartilhadas com vocês coordenadores (as)?
- 7- Qual é o seu papel de coordenador (a) na escola em que o (a) senhor (a) atua?
- 8- Essa escola que o (a) senhor (a) atua pode ser considerada igual ou diferente das outras escolas da rede municipal de Iuiú? Por quê?
- 9- Qual é formação acadêmica do (a) senhor (a)?
- 10- Como o (a) senhor (a) avalia o nível de participação dos pais e/ou responsável dos estudantes desta escola na vida escolar dos seus filhos? por quê?
- 11- Quais projetos ou ações a escola tem desenvolvido para aproximar as famílias da gestão escolar e do processo de ensino-aprendizagem dos alunos?
- 12- Quais são as principais dificuldades que a coordenação tem encontrado para aproximar as famílias da escola?
- 13- Como o (a) senhor (a) percebe que a participação, ou a falta de participação da família influencia o processo de ensino/aprendizagem dos estudantes desta escola?

Apêndice C – Roteiro de entrevista com as professoras

Quantos anos o (a) senhor (a) tem?

O (a) senhor (a) tem quantos anos de experiência em sala de aula?

Em qual serie o (a) senhor (a) leciona atualmente?

O (a) senhor (a) migrou do sistema de meio turno para o sistema de tempo integral?

Quais são os principais desafios que o (a) senhor (a), enquanto pedagogo (a), enfrenta para estar envolvendo as famílias no processo de ensino-aprendizagem dos alunos?

Quais estratégias a escola tem feito uso, na perspectiva de aproximar as famílias da vida escolar das crianças? Existe algum projeto?

Com que frequência à escola e os (as) professores (as) se reúne com as famílias para tratar de assuntos relacionados ao rendimento escolar do aluno?

Apêndice D – Roteiro de entrevista com os pais

1 - Quantos anos o (a) senhor (a) tem?

2- O (a) senhor (a) está satisfeito com a escola? Por quê?

2- O (a) senhor (a) viu diferença na formação do seu (sua) filho (a)?

3- Seu (sua) filho (a) está gostando de estudar nessa escola?

4 - O (a) senhor (a) colabora com a formação do (a) seu (sua) filho (a)?

5- O (a) senhor (a) visita com frequência a escola?

6- A direção da escola sempre se reúne com os (as) senhores (as) pais? E quando se reúne é para falar sobre o que?

8- O (a) senhor (a) ajuda no desenvolvimento do (a) seu (sua) filho (a) de que maneira?

9- O (a) senhor (a) é participativo na vida escolar do (a) seu (sua) filho (a)?

Apêndice E – Roteiro de entrevista com as crianças

1 - Qual é a sua idade?

2 - Você está gostando da escola?

3 - O que você faz na escola?

4 - Você está aprendendo muitas coisas novas nessa escola?

5- Você acha que a escola poderia ser melhor?

6 - O que você mais gosta na escola?

7 - O que você não gosta na escola?

8 - De que forma acontece o momento de diversão de vocês?

9 - Como é o momento do recreio de vocês?

10 - Qual é a disciplina que você mais gosta? Por quê?

11 - Tem algum (a) professor (a) que você mais gosta?

12 - Você gosta da merenda da escola?

13 - Você já consegue ler sozinho?